



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO
REUNIÃO ORDINÁRIA DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025

ATA N.º 7/2025
(CONTÉM 60 PÁGINAS)

Por convocatória do Presidente da Assembleia Municipal, datada de dezasseis de dezembro de dois mil e vinte e cinco, reuniu a Assembleia Municipal de Miranda do Douro no miniauditório municipal, pelas dez horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ordem de trabalhos

1. Informações;
2. Período antes da ordem do dia;
3. Período de ordem do dia:
 - 3.1 Ata da reunião realizada a 3 de novembro de 2025 – Apreciação e deliberação;
 - 3.2 Regimento da Assembleia Municipal – Apreciação e deliberação;
 - 3.3 Nomeação de representantes (2) das Juntas de Freguesia para a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais;
 - 3.4 Nomeação dum representante das Juntas de Freguesia para a Comissão Municipal de Proteção Civil;
 - 3.5 Minuta de “Protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Sendim e Atenor”, no âmbito das atribuições e competências conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações – Apreciação e deliberação;
 - 3.6 Informação a prestar pela Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal – Apreciação;
 - 3.7 Outros assuntos.
4. Período de intervenção do Público.



Estiveram presentes os seguintes membros:

Pedro Velho Ferreira; Alfredo Eduardo Argulho Alves; António Augusto Castro Carção; António Manuel Marques dos Santos; Priscila Salomé Ribeiro Oliveira; Maria Virgínia Lopes Preto; Camilo António Vaz das Neves Raposo; Bruno Filipe Lourenço Torrado; Eduardo Luís Tiago Beça Sanches da Gama; Emanuel Pinto Bernardo; Cristina Maria Teles de Sousa Martins; Carolina Rodrigues Mesquita; Mário João Ferreira Vaz; Emanuel David Carção; António Marcos Ruano fez-se representar por Sofia Domingues Marcos Alves; Edite Dias Lopes; Micaela Raposo Fernandes da Igreja; Francisco José Carvalho Parreira; Álvaro Xavier Carvalho Rodrigues fez-se representar por Georgina Maria de Pera Macias; António Jorge Jacoto Lourenço fez-se representar por Fernando Maria João Martins; Ricardo Jorge Raposo Lucas; Lísis Fernandes Gonçalves; José Francisco Gonçalves Ribeiro; Nélio Miguel Seixas; Luís Miguel Poço Santiago; Silvino Francisco Preto Silva; e António Preto Mamede.

Constatou-se a ausência dos seguintes membros: Ricardo Nuno Jordão Coelho, não tendo justificado a respetiva falta.

Estiveram presentes os seguintes membros do Órgão Executivo:

Helena Maria da Silva Ventura Barril e António Nuno Marcos Rodrigues.

Constatou-se a ausência dos seguintes membros do Órgão Executivo:

António José Fernandes Ribeiro; Ana Sofia Fernandes Ortega e Vítor Manuel Vaz Bernardo.

Constatando-se a existência de quórum, o **Presidente da Assembleia Municipal**, Pedro Velho Ferreira, declarou aberta a reunião eram dez horas e vinte e seis minutos.

O **Presidente da Assembleia Municipal** cumprimentou todos os presentes, e, em seguida, convidou os elementos eleitos que, por motivos de ordem pessoal, não haviam tomado posse na data agendada, a procederem ao respetivo ato.

Foi, então, dada posse aos seguintes Membros: Cristina Maria Teles de Sousa Martins; Emanuel David Carção; e Nélio Miguel Seixas.



Investidos os Membros supramencionados, os quais por sua vez aceitaram as funções para as quais foram eleitos, e antes de dar continuação aos trabalhos, passou a informar os presentes que o Executivo Municipal, na pessoa da sua Presidente, havia proposto a inserção na ordem do dia de alguns assuntos com carácter urgente, concretamente:

- Grandes Opções do Plano, Orçamento, Demonstrações Financeiras Previsionais, Mapa de Pessoal e Mapa de Recrutamento - Ano 2026;

(Conforme previsto na alínea n.º 3, do artigo 10.º, do capítulo III, Secção I do Regimento da Assembleia Municipal em vigor, na que se encontra plasmado que a quinta reunião ordinária do órgão deliberativo se destina à aprovação das opções do plano e da proposta de orçamento).

- Proposta - Assunção de compromissos plurianuais - Orçamento para o ano 2026. Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal - Delegação na Presidente da Câmara Municipal - Assunção de compromissos plurianuais até 500.000,00 € por ano económico;

- Designação de Fiscal Único para o mandato 2025-2029 – Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.;

- Designação de representantes da Assembleia Municipal na CIM-TTM;

- Designação de representantes da Assembleia Municipal no Conselho Municipal da Juventude.

O **Presidente da Assembleia Municipal** indagou os Membros presentes sobre se concordavam com a inserção dos pontos acima indicados, sob proposta do Executivo Municipal, tendo os mesmos aceitado, por unanimidade, a sua inserção, passando os referidos assuntos a constar na ordem de trabalhos sob os n.ºs 3.6, 3.7, 3.8, 3.9 e 3.10.

1. Informações.

O **Presidente da Assembleia Municipal** prosseguiu com os trabalhos começando pelo ponto número um da ordem do dia, tendo para tal aberto inscrições. Não se tendo inscrito nenhum dos Membros, deixou algumas notas a respeito de alguns temas concernentes ao trabalho levado a



cabo no âmbito desta assembleia. Acrescentou, também, que passaria a informar os Membros da Assembleia Municipal, no início de cada sessão ordinária, acerca da atividade desenvolvida pela Mesa da Assembleia.

Informou que já tinham sido criadas páginas nas redes sociais Facebook e Instagram para dar a conhecer a atividade da Assembleia Municipal de Miranda do Douro, o que considerou muito importante, principalmente no que respeita à publicitação das reuniões deste órgão deliberativo e à publicação das atas das respetivas reuniões, promovendo, assim, uma Assembleia Municipal mais presente e com maior intervenção do Público.

Deu conhecimento de que foi reintroduzido na ordem de trabalhos o ponto denominado “Período de Intervenção do Público”, que há já alguns anos estava esquecido. Foi reintroduzido, precisamente, para permitir a participação dos cidadãos nas reuniões realizadas por esta assembleia municipal, para se receberem sugestões e questões dos Cidadãos.

Referiu que as páginas criadas para a Assembleia Municipal nas redes sociais têm um propósito posterior, o qual espera que possa já ser aplicado já no ano de 2026. Declarou que pretende que as reuniões desta assembleia sejam transmitidas online e em direto, através do YouTube. As redes sociais próprias têm como objetivo simplificar a consulta pelos Cidadãos de temáticas específicas do órgão deliberativo, já que as páginas da Câmara Municipal já aglomerem muitas iniciativas e eventos. Acrescentou que, assim, todos os cidadãos poderão assistir às reuniões da Assembleia Municipal, quer se encontrem no concelho, no país, ou no estrangeiro.

Mencionou que também foi levada à reunião uma proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal, que havia sido alterado pela última vez e de forma muito superficial havia cerca de oito anos, e que tinha todo o empenho que este assunto fosse tratado já naquela reunião, porque importa desde o início do mandato ter um regimento atualizado e praticável.

Referiu a aquisição de algum material para o secretariado da Assembleia Municipal, de forma a dotar as Funcionárias das ferramentas necessárias para as suas funções, tendo agradecido à Presidente de Câmara.

Abordou a questão do questionário que fez chegar via e-mail a todos os Funcionários Municipais, sendo que acredita que este facto criou alguma celeuma, tendo sabido de comentários que diziam que estaria possivelmente a ultrapassar as suas competências enquanto Presidente da Assembleia Municipal, substituindo erradamente o Executivo da Câmara Municipal. Explicou que a sua intenção ao enviar o questionário fora apenas de averiguar sugestões de melhoria dos



serviços e nas condições de trabalho dos Funcionários Municipais, como ventilação, acesso a água potável, acesso a copa, ergonomia de materiais e acesso a casa de banho, manifestando a sua discórdia a respeito da eventual inadequação sua atuação. Frisou que uma das funções mais importantes da Assembleia Municipal é ouvir as pessoas e averiguar que temáticas devem ser trazidas para debate. Acrescentou que o questionário foi muito proveitoso, tendo recebido 70 respostas, das quais surgiram sugestões muito boas relativamente a temáticas várias, como realocação e capacitação de serviços municipais, intervenções em edifícios, iniciativas para promoção de inteligência emocional, disponibilização de pontos de água potável e colocação de máquinas de café e vending, as quais serão encaminhadas ao Executivo Municipal. Continuou dizendo que tinha plena certeza de que o Executivo Municipal teria toda a abertura para implementar essas sugestões, no que espera vir a tornar-se uma melhoria efetiva das condições de trabalho dos Funcionários Municipais e dos utilizadores dos Serviços.

Transmitiu que tinha pedido à Presidente da Câmara Municipal a solicitação de um parecer jurídico junto dos Serviços Jurídicos da Câmara Municipal relativamente à aprovação das atas. Não havendo mais nenhum parecer até à data além desse que, entretanto, havia chegado, e sendo do entendimento dos serviços jurídicos municipais que um Membro que não esteve presente numa determinada reunião não vota a respetiva ata, deu como resolvida esta temática que havia sido constante ao longo de últimas reuniões deste órgão. Agradeceu, também, a estreita colaboração e celeridade de atuação dos Serviços Jurídicos.

Findando, reforçou que o Executivo Municipal deve convidar para os eventos e iniciativas que levar a cabo todos os Membros da Assembleia Municipal, e não apenas os Presidentes de Junta de Freguesia / Uniões de Freguesias.

Não se verificando mais nenhuma inscrição, passou ao ponto número 2 da ordem de trabalhos.

2. Período antes da ordem do dia.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os Membros que pretendessem intervir o fizessem, tendo-se inscrito os que se seguem: Bruno Torrado; Alfredo Alves; António Santos; Emanuel Bernardo; António Mamede; António Carção e Luís Santiago.

O Membro **Bruno Torrado** cumprimentou todos os Membros presentes e prosseguiu fazendo votos de que tivessem passado um excelente Natal e desejando um ótimo Ano Novo, com tudo de bom, agradecendo ao Presidente da Assembleia Municipal por lhe ter concedido a palavra.



Iniciou a sua intervenção dizendo que queria deixar nota de algumas questões que considera relevantes.

Comentou que, de vez em vez, surgem burburinhos, e porque considera que se devem discutir os assuntos para esclarecer dúvidas e mal-entendidos.

Questionou sobre o estado atual de duas obras, nomeadamente do Matadouro Municipal e do Hotel Vila Galé, sendo que esta última, não sendo uma obra de gestão da Câmara Municipal, era apenas para esclarecer o estado atual do processo, se já está licenciada, se está previsto o prazo para execução da obra, entre outras particularidades.

Colocou questões a respeito de mais três assuntos, sendo o primeiro assunto sobre o novo pavilhão multiusos, referido pela Sra. Presidente da Câmara Municipal numa entrevista da comunicação social. A este respeito, perguntou se já se sabe a localização do novo pavilhão multiusos, se já havia ideia de quando seria executado o projeto, se estão previstas candidaturas, quais são os prazos para esses efeitos, bem como da execução da própria obra, e qual é o objetivo desta obra. Também questionou acerca da nova zona industrial, do local onde vai ser construída, se pretendem executar uma nova zona industrial em qualquer outro local que não em Miranda do Douro, ou fazer a extensão da existente em Miranda do Douro.

Comentou que no programa eleitoral das últimas eleições, apresentado pelo Partido Social Democrata, constava a intenção de fazer um parque subterrâneo de estacionamento. A este respeito, perguntou se já existe uma ideia a respeito de onde vai ser construído, em que moldes e quando será construído.

Para finalizar, perguntou se, eventualmente, algum membro do Executivo Municipal ou a Senhora Presidente da Câmara fora eleita para algum Órgão que existe na distribuição, sempre a seguir às eleições autárquicas, dando como exemplo a CCDR, ou a CIM, diversas associações e diversos órgãos, onde se pode, de certa forma, exercer pressão ou estar mais perto daquilo que são as novidades e os projetos.

O Membro **Alfredo Alves** apresentou os seus cumprimentos a todos os Membros que integram os órgãos municipais deste município, assim como os demais que se encontravam presentes.

Continuou a sua intervenção dirigindo a palavra ao Executivo Municipal, dizendo que faz votos ao atual executivo municipal, manifestando que também podem contar com o apoio dos Membros que representam o Partido Socialista neste órgão deliberativo para melhorar as condições de vida dos Mirandeses, e, do Concelho de Miranda do Douro.



Quanto ao orçamento, comentou que, sendo o valor do mesmo no montante de vinte e nove milhões de euros, espera que sejam bem aproveitados.

Naquilo que são os protocolos a celebrar com as Juntas de Freguesia, afirmou que os Membros do Partido Socialista concordam com a celebração de todos esses protocolos.

Em relação àquilo que são os fundos de intervenção mais macro, provavelmente estão em discordância, mas falarão a esse respeito quando for discutido o orçamento.

Disse que ambiciona um bom mandato para o Executivo Municipal, assim como a esta Assembleia Municipal.

O Membro **António Santos** apresentou os seus cumprimentos a todos em geral, referindo que faz das palavras dos Membros que intervieram antes dele as suas no que respeita aos votos de bom Ano Novo. Prosseguiu felicitando o Executivo Municipal pela iluminação natalícia que fora colocada na cidade, comentando que, pessoalmente, lhe parece muito bem, pois cativa os visitantes da cidade, afirmando que é nesta perspetiva que se deve continuar. Uma perspetiva holística para a cidade como um todo e não segmentada. Lamentou, apenas, alguns elementos que aparecem pelo meio, nomeadamente, alguns cartazes políticos de grande dimensão, que acabam por estragar a fotografia, sugerindo que devia ser feita alguma coisa a esse respeito.

A propósito desses cartazes de propaganda política, comentou que desconhece se existe um regulamento municipal que regula essas questões, e, caso não exista, que estavam disponíveis para ajudar a elaborar um documento com esta finalidade. Disse que, sobretudo nesta época de Natal, lhe parece mesmo mal que no meio das iluminações natalícias as pessoas que vão tirar fotografias com a família apanhem aquele pano de fundo. Reafirmou que, neste caso, se impõe criar um regulamento para resolver estes assuntos.

Para concluir a sua intervenção, desejou bom ano a todos e bom trabalho.

O Membro **Emanuel Bernardo** cumprimentou todos os Membros presentes na reunião, desejando-lhes continuação de Boas Festas.

Dirigindo a palavra ao Executivo Municipal, perguntou se já têm feedback quanto aos resultados atingidos no âmbito da iniciativa denominada “Festival Gastronómico do Ovo”.

Perguntou, também, qual é o ponto da situação da criação de um Centro de Inspeções Automóveis. Demandou, ainda, esclarecimento acerca de uma intervenção que foi anunciada no Mercado Municipal.



O **Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã da Braciosa**, António Mamede, cumprimentou todos os Membros presentes na reunião, felicitando-os a todos.

Continuou procedendo à leitura de uma intervenção escrita, cujo teor passa a ser transcrito para constar na presente ata:

“Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Doutor Eng. Pedro Velho Ferreira,

Exa. ma Senhora Presidente da Câmara,

Executivo da Câmara,

Sr.s Vereadores,

Sr.s Secretários,

Sr.s Presidentes de Junta,

Sr.s Deputados e demais presentes.

Antes de mais cumprimento e felicito todos os Membros desta assembleia, por novo e diferente mandato. Desejo a todos votos de Boas Festas, com Próspero Ano Novo com muitas e grandes realizações e que todos juntos consigamos proporcionar bem-estar e felicidade a todos os munícipes, bom dia a todos.

Quero manifestar e dar os parabéns ao Executivo do Município pela iluminação de Natal e Ano Novo e aos Presidentes de Junta, pois deram mais encanto e colorido às nossas vidas. Oxalá fosse sempre Natal!

Um ano mais, nas nossas vidas, que fomos eleitos. Não é tempo de celebrar, mas de nos responsabilizar e tomar consciência do nosso dever de cidadania perante os que nos elegeram. Assim e neste sentido vou fazer uma pequena revisão das necessidades/ exigências e pedidos da minha Freguesia que em outros momentos já, aqui, foram apresentadas (os).

Já foi aqui apresentada por mim e causou algum alarido, para quando o arranjo da estrada de Vila-Chã - Fonte d'Aldeia, peço pelo menos um traçado, uma marcação visível, pois em dias de nevoeiro ou na escuridão dos dias e das noites, temos de andar à procura da estrada.

A este propósito quero chamar à atenção para as falhas de alcatrão no pavimento da estrada que liga Vila Chã a Freixiosa e também nalgumas ruas das aldeias de Vila Chã e Freixiosa há falhas/ abatimentos do piso que causam alguns constrangimentos na circulação.

Em Vila Chã “in illo tempore” há vários mandatos, há vários anos, em sucessivas assembleias municipais se falou da tão famigerada “Rua das Pereiras”, quando será definitivamente intervencionada, com saneamentos/passeios e demais infraestruturas ...?



Outro problema ou dossiê que urge resolver são as ETARS de Freixiosa e de Vila Chã, pois apresentam-se degradadas, com fissuras, com cheiros nauseabundos, com eminentes perigos para a saúde pública e nocivos impactos ambientais. Sei que estão orçamentadas, mas quando serão requalificadas?

Para finalizar gostaria de referir que a Freguesia de Vila Chã não pode ser esquecida /ostracizada como tem sido até aqui! Deve-se evitar a “política de quintal” ou elitista.”

O **Presidente da União de Freguesias de Sendim e Atenor**, Luís Santiago, cumprimentou todos os presentes, dizendo que, embora o Natal já tenha terminado, deseja que este espírito de Natal permaneça e seja bem passado.

Em seguida, abordou a questão das obras no matadouro, dizendo que vão a bom ritmo, e que o executivo deve falar e ter “proua” com a obra do matadouro. Comentou que já cumpriu cinquenta anos de idade, e desde que se lembra, em todas as campanhas eleitorais para as autarquias foi falado que se devia construir um novo matadouro.

A este respeito, questionou se o Partido Socialista (PS) de Miranda do Douro está a favor ou contra a execução desta obra no local em que está a ser feito, pois, aquando da última campanha eleitoral, não percebeu qual era a posição do PS a este respeito.

Disse que, durante doze anos, muita gente que atualmente integra a Assembleia Municipal era a favor da construção do novo matadouro, mas gostava que lhe confirmassem se estão a favor.

Lembrou que, quando decorreram os comícios da última campanha eleitoral, o PS afirmou que os alunos que frequentam a escola EB 2,3 de Sendim passavam frio nas instalações. Prontificou-se, na qualidade de Presidente da União de Freguesias de Sendim e Atenor, a ajudar a pagar a conta da luz do referido estabelecimento de ensino, caso seja necessário, ou então, espera ser esclarecido por quem proferiu estas palavras, porque tem ideia de que isso não é verdade.

Referiu que tinha conversado com o Presidente da Associação de Pais dos alunos que frequentam a referida escola e que este não se queixou a esse respeito.

Para concluir, disse, relativamente à passagem de competências da Câmara Municipal para a União de Freguesia de Sendim e Atenor, que, em 2021, o ordenado mínimo nacional era à volta de setecentos e cinquenta euros, lembrando que atualmente passa dos novecentos euros. Não querendo deixar nenhuma junta de freguesia para trás, disse que quer que o Executivo tenha em atenção a forma como foi feita a passagem de competências no que concerne a efetuar a limpeza e a manutenção das ruas de Sendim. Afirmou que para efetuar esse trabalho é precisa gente,



logo, os ordenados nessa época eram de um determinado valor, mas que atualmente são valores mais elevados. Transmitiu que a União de Freguesias de Sendim e Atenor recebe, por ano, cem mil euros e que, se naquela época chegava para fazer face às despesas, atualmente, a junta de freguesia começa a tirar do orçamento para fazer um serviço que antes era da competência da Câmara Municipal. Quer que tenham isso em atenção, não querendo passar à frente de outras juntas de freguesia. Quer, sim, que passem a olhar para Sendim de outra forma, já que a junta de freguesia está a efetuar um serviço que anteriormente era da competência da câmara.

O Membro **António Carção** cumprimentou a todos em geral e prosseguiu dizendo que tinha algumas notas a deixar.

Começou por agradecer os postais de Boas Festas enviados pelo Executivo da Câmara Municipal, assim como o que foi enviado pelo Presidente da Assembleia Municipal, retribuindo os votos contidos nos mesmos aos remetentes, a todos os presentes e às respetivas famílias, bem como a todos os Mirandeses.

Manifestou que tinha ficado altamente sensibilizado com as palavras proferidas hoje nesta assembleia pelo membro António Santos quando se congratulou com a iluminação natalícia colocada em Miranda do Douro, afirmando que também ele se congratula. Desconhece por que motivo há pessoas que discordam, dizendo que, em sua opinião, é das coisas mais sublimes, porque o Natal é grandioso, é luz, é alegria, e sendo a iluminação uma das razões pelas quais os visitantes se deslocam a Miranda do Douro na iniciativa “Tierra Natal”. Considera que é um grande motivo de união, e pelos vistos até de alguma discórdia, constatando isso com alguma tristeza.

Dirigindo a palavra à Presidente da Câmara Municipal, afirmou que podia contar com ele e com os Membros do Partido Social Democrata (PSD) para dar continuidade às referidas iniciativas.

Deixou notas de pesar, a título pessoal, dedicadas a duas pessoas que este ano nos deixaram, as quais, em seu entender, são pessoas de grande valor cultural, nomeadamente, o Francisco Canguero, que faleceu no passado mês de agosto, que foi um grande impulsionador da arte da cutelaria, embaixador deste ofício em todo o país e no estrangeiro, que nos deixou de uma forma repentina. A mesma nota de pesar ao cidadão desta terra, Carlos Moreira, um jovem que nos deixou há relativamente pouco tempo, fundador do Grupo de Pauliteiros de Fonte de Aldeia, do Grupo de Pauliteiros de Miranda do Douro e do Grupo de Pauliteiras. Acrescentou que era um homem grande, mas, também um grande homem, afirmando que a cultura lhe deve muito, e manifestando as suas saudades.



Parabentou o membro Emanuel Bernardo pela sua recente eleição para assumir o cargo de Presidente da Federação Distrital da Juventude Socialista, desejando-lhe sincera e profundamente sucesso. Comentou que o sucesso na política vale o que vale, mas reconhece o seu valor para ocupar o lugar que ocupa.

Congratulou-se por o Ministério Público ter dado o prazo de um ano à Autoridade Tributária (AT) para que a Movhera e a Engie paguem os impostos devidos pela venda das barragens.

Simultaneamente, repudiou o facto de ter de estar cinco anos à espera, porque é muito tempo, e está a penalizar todas as pessoas que vivem neste território, dizendo que a burocracia assim obriga e espera bom sucesso neste processo.

Para terminar, referiu que estava a ler o Jornal de Notícias (JN), e continha uma ótima notícia para Miranda do Douro, a qual vem pôr em causa muitas coisas que foram ditas na campanha eleitoral, a respeito da água para consumo humano em Miranda do Douro.

Disse desconhecer por que motivo alguém se lembrou de dizer que a qualidade da água em Miranda do Douro não era boa. No artigo do JN consta que apenas cerca de um quinto da população portuguesa consome água de boa qualidade, sendo que a população do Concelho de Miranda do Douro faz parte desse grupo. Apelou que se acabasse com os mitos e com as mentiras, afirmando que Miranda do Douro tem boa água.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, depois de concluídas as intervenções, felicitou o Membro desta assembleia, Emanuel Bernardo, pela sua eleição como Presidente da Federação Distrital da Juventude Socialista, reconhecendo-lhe muita competência quer nas lides políticas, quer fora destas, e afirmando que, certamente, fará um bom trabalho. Acrescentou que é um orgulho ver Mirandeses das aldeias, da vila e da cidade em tais cargos de representação das juventudes partidárias e partidos políticos, e que estes demonstram, diariamente, que tais instituições podem ser uma escola de vida quando bem aproveitadas, ajudando a compreender como fazer boa Política, sendo especialmente válido para o Interior do nosso país.

Continuou os trabalhos passando à segunda volta de intervenções, tendo-se inscrito os Membros seguintes: Lísis Gonçalves e Bruno Torrado.

O **Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho**, Lísis Gonçalves, cumprimentou todos os Membros que participaram nesta reunião, e prosseguiu reportando-se à intervenção acabada de fazer pelo Presidente da União de Freguesias de Sendim e Atenor, Luís Santiago, manifestando-se solidário para com as suas palavras quando se refere à atualização dos valores transferidos



para as juntas de freguesia através da celebração de protocolos. A respeito do que observou, que os orçamentos das juntas de freguesia estão a ficar curtos, não apenas para a União de Freguesias de Sendim e Atenor, mas também para as demais freguesias deste concelho.

Relembrou que, no mandato anterior, tinha sugerido em reunião da Assembleia Municipal que os valores transferidos para as juntas de freguesia fossem atualizados ao valor médio da inflação com a transferência de verbas de todas as freguesias, inclusive a de Sendim.

Lembrou que alguns representantes das juntas de freguesia aqui representadas partilharam dessa opinião, no entanto, o Executivo Municipal respondeu naquele momento que as juntas de freguesia iriam ser apoiadas de forma majorada no apoio às transferências dos protocolos, afirmando que, feitas as contas, tal não ocorreu.

Dizendo que estava previsto serem celebrados quatro protocolos, questionou se alguma freguesia conseguiu os quatro protocolos no mandato anterior. Afirmou que apenas foram celebrados três protocolos, tendo ficado acordado ser um determinado valor, o qual acabou por ser ligeiramente reduzido. Mencionou que o Vice-Presidente da Câmara Municipal transmitira que tinha havido algumas transferências de verbas, contas que não consegue precisar. Acrescentou que o valor para a limpeza e manutenção das ruas está a ficar curto, pois os preços da prestação de serviços e dos materiais aumentaram.

Portanto, partilha da opinião do Presidente da União de Freguesias de Sendim e Atenor e espera que mais presidentes de junta se pronunciem sobre este assunto.

Para concluir, disse que, a trabalhar dessa forma, seria preferível anular os protocolos celebrados com a câmara municipal e passar as competências que foram transferidas para as juntas de freguesia de novo para a câmara.

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Executivo Municipal, na pessoa da sua Presidente, para responder e esclarecer as questões colocadas no decorrer das intervenções.

A **Presidente da Câmara Municipal** saudou todos os presentes e continuou a sua intervenção deixando nota de que um novo ciclo acabara de ser iniciado, invocando que espera que este novo mandato decorra de forma honrosa para o Concelho de Miranda do Douro e para os Mirandeses. Afirmou que, também, é muito importante a participação dos Múncipes nestas reuniões da Assembleia Municipal, ainda que venham apenas para presenciar e ficar com uma noção do trabalho que aqui se faz.



Espera que tenha decorrido para todos um Feliz Natal, manifestando votos de um excelente Ano Novo para todos, essencialmente, com muita saúde e com paz.

Congratulou o membro Bruno Torrado por ter sido eleito para integrar esta Assembleia Municipal. Quanto às questões colocadas, respondeu, relativamente à empreitada de execução do Matadouro Municipal, que a obra está a decorrer a bom ritmo, tal como afirmou o Presidente da União de Freguesias de Sendim e Atenor, e, por conseguinte, prevê-se que será concluída dentro do prazo estipulado.

No que respeita ao Hotel Vila Galé, transmitiu que é uma obra que está a decorrer e que já foi licenciada pelo município desde setembro do corrente ano. Informou que, neste momento, está a ser feito o desterro do terreno e que, em breve, se iniciará a obra propriamente dita. Acrescentou que a empresa que está a trabalhar já se encontra a contratar os almoços, os jantares e as dormidas, o que vai trazer também um contributo económico para o concelho. Considera que é uma grande aposta da parte do grupo Vila Galé vir para o território de Miranda do Douro. Saliendo a dimensão e relevância deste grupo económico, o facto de virem para este território não é para fazerem de conta. Sendo este um investimento muito grandioso que, embora possa exigir algum tempo para gerar retorno, trará retorno tanto para o concelho como para o próprio grupo Vila Galé.

No que respeita à questão da zona industrial, disse que a construção de uma zona industrial em Duas Igrejas é um processo que já está encerrado, sendo que a empresa que iria construí-la já foi indemnizada. Transmitiu que foi feito um acordo extrajudicial e que a perspetiva do Executivo Municipal quanto a essa questão é que, logo que seja possível ao longo deste mandato, será alargada a zona industrial existente em Miranda do Douro.

Deu conhecimento que a Câmara Municipal está em negociações para adquirir um terreno contíguo à atual zona industrial e que, para esse efeito, já foi feita uma avaliação do referido terreno, sendo que a negociação será feita baseada nessa avaliação com o proprietário, que é um privado. Considera muito mais importante dotar a zona industrial de Miranda do Douro com infraestruturas capazes de albergar aquilo a que ela se destina do que construir pequenas zonas industriais pelo concelho e dispersar a importância de uma zona industrial capaz de valorizar o concelho.

Relativamente ao parque subterrâneo, referiu que foi uma ideia que surgiu no âmbito da campanha eleitoral, constando dos folhetos distribuídos. Reconheceu, contudo, que se trata de uma proposta



de difícil concretização. Acrescentou ainda que não considera que esta medida tenha sido grandemente majorada pelas pessoas, entendendo que as pessoas não leem os cadernos.

Relativamente às questões colocadas pelo membro Alfredo Alves, disse que quando se abordar o ponto referente ao Orçamento e Plano de Atividade para 2026 o executivo responderá às questões colocadas.

No que respeita à intervenção feita pelo membro António Santos, disse que o investimento que tem sido feito pelo município na iluminação natalícia da cidade, e na qual o Executivo pretende continuar a apostar, e tentar alargar e abranger o mais possível toda a cidade, saindo um bocadinho do conceito da zona histórica, afirmando que é importante mantê-la, porque é um investimento que traz muito retorno, trazendo muitos visitantes, turismo, e dá outro ambiente na época natalícia.

No que se refere aos cartazes de propaganda política, respondeu que o município já notificou os órgãos desse partido, mas que nem deram resposta ao que foi solicitado pelo município.

Relativamente à questão colocada pelo membro Emanuel Bernardo, respondeu que o Festival do Ovo foi um sucesso, na medida em que houve adesão por parte de alguns restaurantes ao evento, congratulando-se pelo facto de os restaurantes de Sendim também terem aderido a esta iniciativa. Disse que decorreu internamente nos restaurantes, tendo chegado nota de ter tido bastante aderência por parte da população, e que, como não podia deixar de ser, é também uma forma de promover o ovo mirandês.

Em relação à questão do Centro de Inspeções Automóvel, elucidou que, na semana anterior, ao Natal chegou um parecer do IMT relativo a decisão do concurso final, elucidando que se está na fase das reclamações e das impugnações, caso venham a surgir.

Referiu que a empresa que ganhou o concurso está sediada em Pinhel, e ganhou por reunir todos os requisitos pré-estabelecidos para seleção de proposta no respetivo concurso, tendo o vencedor adquirido já dois lotes na Zona Industrial de Miranda do Douro, cabendo agora aguardar os prazos previstos em lei, o que faz protelar o início da obra.

Referiu, quanto ao projeto de intervenção no Mercado Municipal, que, neste momento, está a ser elaborado o respetivo caderno de encargos, considerando que é um local que está subaproveitado, e, por isso, que pretendem reformular o espaço e torná-lo mais frequentado, podendo ser alugadas pequenas lojas para diversas atividades.



Aproveitou para felicitar o membro Emanuel Bernardo por ter sido eleito para o cargo de Presidente da Federação Distrital da JS, fazendo votos para que cumpra um bom mandato.

Quanto à questão colocada pelo membro Bruno Torrado a respeito da nomeação dos Membros do Executivo Municipal para integrar órgãos de determinadas entidades, respondeu que, a partir do início do próximo mandato, passará a ser Secretária da Assembleia Geral da Resíduos do Nordeste e que continuará na Associação Ibérica dos Municípios do Douro Ribeirinho. Deixa de ser Presidente dos Municípios da Terra Fria e passa a ser Presidente da Assembleia desse mesmo organismo. Passa a integrar dois conselhos consultivos na CIM, um no âmbito da Proteção Civil, e outro no âmbito da Saúde Mental. Deu nota, a respeito da ocupação dos cargos anteriormente indicados, de que não está na política para correr atrás desses cargos, apenas porque é convidada para os ocupar e por vezes declina alguns convites, afirmando que é com muita honra que passa a ocupar os cargos que acabou de mencionar.

Manifestou que se associa à nota de pesar apresentada pelo membro António Carção, dedicada a Francisco Cangueiro e Carlos Moreira, dizendo que foram duas pessoas muito importantes deste Concelho, duas pessoas já em vida valorizadas, não sendo pelo facto de terem falecido que passam a ser valorizadas. Exteriorizou que eram pessoas muito queridas e de muito valor, e muito apreciadas pela maior parte da população, lamentando o que sucedeu.

Quanto à questão que foi colocada relativamente ao pavilhão multiusos, elucidou que o executivo municipal vai abraçar este projeto neste mandato, dizendo que será edificado num terreno próximo do atual pavilhão multiusos, num terreno que é do município, e está bem localizado para esse fim, porque se situa o mais próximo possível da zona histórica, já que na zona histórica não lhes é permitido fazer uma obra desse género. Informou que será um pavilhão com alguma dimensão, já que o objetivo é suprir a falta deste tipo de equipamento, pretendendo-se com isso evitar alugar tendas aquando da realização de eventos.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** cumprimentou a todos em geral, desejando a todos continuação de boas festas.

Quanto ao Matadouro Municipal, disse que o Executivo Municipal gostaria que a estrutura já estivesse completa, elucidando que a estrutura vem construída de fábrica, e que a fábrica se tem atrasado na execução dos módulos. Referiu que, no que respeita a esta empreitada, está tudo adjudicado, quer a estrutura, quer os mecanismos que lá vão ser colocados, verificando-se apenas algum atraso na entrega dos módulos.



A respeito da zona industrial, disse que a intenção do Executivo Municipal é aumentar a Zona Industrial de Miranda do Douro, e para isso o município vai adquirir treze hectares, propriedade de um particular, aguardando a avaliação dos terrenos para negociar com o privado.

No que respeita ao estacionamento subterrâneo, expôs que brevemente vão ser feitas obras no quartel da GNR, e a ideia é fazer esse estacionamento junto ao quartel. Mas não sabem como vão conseguir dar prossecução a essa ideia, já que é o Governo que vai financiar esse projeto de remodelação do quartel da GNR.

Em relação à iluminação natalícia, afirmou que, na opinião do Executivo Municipal, a iluminação natalícia faz todo o sentido, tal como mencionado pelo membro António Santos, embora algumas pessoas sejam de opinião contrária.

Felicitou todos os Presidente de Junta de Freguesia, porque também eles se têm esmerado na colocação de iluminação de Natal nas respetivas freguesias.

A respeito do “Festival Gastronómico do Ovo”, elucidou que a iniciativa foi criada através de uma candidatura feita ao programa IBERLOBO. Lamentou o facto de nem todos os restaurantes terem aderido à iniciativa, já que não lhes era nada exigido, a não ser a sua participação.

Relativamente ao Centro de Inspeções, disse que o executivo municipal queria muito que esse assunto já estivesse resolvido, mas, após uma das empresas concorrentes ter ganho o concurso, outra empresa concorrente reclamou, devido ao que o processo se tem arrastado.

Quanto ao Mercado Municipal, transmitiu que é uma obra que foi inscrita no programa 2030, estando o projeto a ser elaborado, para posteriormente fazer a candidatura o mais rapidamente possível, dando conhecimento de que já está prevista uma verba no valor de um milhão e duzentos mil euros para esse efeito.

No que respeita às obras pedidas pelo Presidente de Junta de Freguesia de Vila Chã da Braciosa, respondeu que todas as obras elencadas vão ser lançadas a concurso, tendo já sido identificados pelos serviços da câmara municipal os trabalhos a efetuar naquela freguesia, sendo que a estrada que vai de Vila Chã a Fonte de Aldeia não será intervencionada neste inverno, no entanto, o executivo vai tentar que se proceda à marcação da via.

Quanto às ETAR's, disse que, vinte anos passados, nenhum dos anteriores executivos municipais fizeram nada para resolver esse problema, enquanto que, em quatro anos de mandato do atual Executivo, foi adquirido um camião limpa-fossas e vão ser mudadas dez das ETAR's existentes



neste concelho, expondo que o projeto já foi elaborado e aprovado, restando apenas lançar a obra, informando que isso será feito brevemente.

Respondendo ao Presidente da União de Freguesias de Sendim e Atenor, afirmou que o atual Executivo Municipal honrou tudo o que os anteriores executivos prometeram.

Referiu que, inicialmente, não fora indicado este local para a construção do Matadouro Municipal, e que o atual executivo o escolheu por ter surgido um problema do escoamento das águas pluviais e residuais.

Afirmou que são estes os problemas com os quais os Membros deste órgão deliberativo se deviam preocupar e debater neste espaço, que é a casa da democracia, onde se deve tratar destes assuntos.

Transmitiu que foi solicitado um parecer às Infraestruturas de Portugal a respeito do escoamento das águas pluviais, tendo o parecer emitido por aquela entidade sido negativo.

Considera que não faz sentido nenhum fazer uma obra e depois não poder utilizá-la porque os pareceres externos são negativos, ou, por outro lado, porque a sua resolução é morosa.

Disse que foi devido a este tipo de questão que o executivo municipal resolveu mudar o local de execução do Matadouro Municipal, que fica junto da ETAR, em Sendim, precisamente para viabilizar o escoamento de águas pluviais e residuais, além de ter apenas dado início à obra depois de terem sido emitidos todos os pareceres.

Lembrou que foi cumprido por parte do atual executivo municipal o que tinha sido acordado entre os municípios de Miranda do Douro, de Mogadouro e de Vimioso: que o matadouro intermunicipal seria construído em Sendim. Quanto à viabilidade económica do Matadouro, disse que estão a pensar colocar painéis fotovoltaicos no telhado do edifício do matadouro para produzir energia, por forma a reduzir a despesa com o consumo de energia, bem como poder fornecer energia aos equipamentos privados que se encontram próximos do matadouro, fornecendo energia a preços mais baixos e reduzindo a despesa com o funcionamento do matadouro. Transmitiu que o município já tem uma verba no valor de um milhão, duzentos e trinta mil euros, para gastar até 2030, destinada ao matadouro, cujo protocolo, para transferência da verba para este município já foi assinado pela Presidente da Câmara Municipal.

No que respeita à transferência de competências para as juntas de freguesia no âmbito da limpeza das ruas, disse que, a ser calculada uma inflação de dez por cento, as juntas de freguesia recebiam



mais seis mil euros. Referindo que, através do protocolo celebrado com a União de Freguesias de Sendim e Atenor, o município atribuiu uma verba no valor de vinte e três mil euros.

Afirmou que o executivo municipal conhece muitíssimo bem a realidade das juntas de freguesia, e estão sempre abertos para tudo, adotando o princípio da equidade para que ninguém fique prejudicado no que se refere à distribuição de verbas, sempre tentando ser justos. E optaram por distribuir mais um FEF por todas as juntas de freguesia por ser mais vantajoso para as mesmas.

No que respeita à questão do aquecimento da escola de Sendim, na época de inverno, disse que o executivo municipal tem noção de que a Escola de Sendim não tem as melhores condições, e que essa escola não estava inscrita na lista de escolas cujas obras eram prioritárias.

Devido a força exercida pelo Executivo Municipal, a referida escola já está inscrita na CCDR como sendo uma escola prioritária para nela realizar obras.

Afirmou que todo o dinheiro que vem para o município destinado à educação é todo enviado para as escolas, e, sempre que a escola solicita a colaboração da câmara municipal, esta está sempre a postos para dar esse apoio.

Agradeceu ao membro António Santos por ter confirmado que os alunos não passam frio na referida escola, lamentando que surjam este tipo de comunicações, que são apenas para prejudicar a imagem de todos, mas essencialmente a imagem do município ou do executivo municipal.

Quanto à água para consumo humano, disse que o executivo municipal fez uma aposta forte ao nível das águas, e, a título exemplificativo, mencionou que o executivo tem conhecimento de que a conduta de água e os saneamentos estão em mau estado, tal como as ruas, sendo que essas obras implicam um investimento na ordem de um milhão ou de um milhão e meio, mas que o município não tem possibilidade para fazer essas obras por si só. E, por isso, sempre que há candidaturas, o executivo vai procurá-las para criar as melhores condições no que se refere às águas. Disse que, além de termos uma boa qualidade da água, nestes últimos quatro anos, o executivo municipal preocupou-se que não faltasse água para consumo humano nas casas dos municípios. E que, durante quatro anos de mandato, a água terá faltado duas horas, elucidando que isso resulta muito da preocupação que o executivo municipal tem tido nesse âmbito.

Afirmou que o executivo ambiciona colocar novas condutas de água, assim como resolver todos os problemas no fornecimento de água na zona sul do concelho, do qual já têm o projeto elaborado, aguardando, agora, que abram a candidatura nesse âmbito no Roteiro das Barragens,



que conta com noventa milhões de euros para esse tipo de investimento. Disse que está feito o projeto para colocar depósitos de água na Trindade, um depósito em Duas Igrejas e a partir daí fazer a ligação da água do setor sul com o setor norte, lamentando que ainda não tenham aberto a candidatura, dizendo que o executivo tenta sempre que as coisas funcionem.

Quanto à AT, afirmou que antes de ser Vereador com pelouro, também foi Vereador sem pelouro, e que enquanto Vereador sem pelouro sempre afirmou que este concelho deve muito ao Movimento Cultural Terras de Miranda pelo trabalho levado a cabo na altura, acrescentado que foi feita muita força e foi feito muito trabalho.

Referiu que este Executivo também já fez muito trabalho desde que cá chegou, sendo que as barragens não estavam avaliadas e foram avaliadas a pedido deste executivo, lamentando que a distribuição de verbas demore tanto tempo, e lamentando a morosidade da justiça.

Fez um breve balanço relativamente à governação deste executivo municipal ao longo dos últimos quatro anos. Começou por falar a respeito da educação, dizendo que este executivo tem trabalhado de mãos dadas com a escola e com a direção da escola, diariamente, e quando lhes é apresentado um pedido, o executivo está sempre disponível.

Referiu que, o município não recebeu as competências com a educação porque o executivo considera que é na escola que se gerem melhor, o município ficou apenas com o pagamento dos vencimentos aos funcionários da escola.

No que toca a águas e saneamentos, disse que o atual executivo se deparou com muitas deficiências, e ainda se continua a deparar, tendo sido elaborada uma candidatura que já foi aprovada para mudar a conduta de Águas Vivas – São Pedro de Silva, e criar a conduta nova de São Pedro da Silva a Fonte Ladrão. Disse que já foi aprovado o respetivo projeto, e vai ser levado a concurso brevemente, tendo o município aguardado pela candidatura para gastar apenas 15 % do valor da obra.

Transmitiu que vão ser feitos novos depósitos de água em Vale de Mira, e fazer ligação a Cércio, para que deixe de ser abastecida por Duas Igrejas.

Informou que vão ser mudadas dez ETAR's que estão danificadas, e que será construída pela primeira vez uma ETAR na aldeia de Atenor, que ainda tem fossas céticas.

Relativamente aos arranjos urbanísticos em todas as aldeias do concelho, referiu que começaram a ser feitos arranjos urbanísticos nas localidades que havia mais tempo que tinham sido intervencionadas, nomeadamente, a aldeia de Palaçoulo, Teixeira, Atenor, Picote e Barrocal, e a



Vila de Sendim. Transmitiu que essas obras deviam estar prontas em dois mil e vinte e quatro, mas que ainda não estavam concluídas porque demoram o seu tempo. Para além disso, as empresas têm dificuldades em arranjar trabalhadores, o que tem dificultado o decorrer das obras. Disse que gostaria de poder ir a todas as localidades num só ano, mas que isso é humanamente impossível, porque não conseguem contratar empresas que estejam disponíveis para fazer essas obras.

A título exemplificativo, referiu que foi lançada uma obra em junho deste ano, concretamente os arranjos urbanísticos em Ifanes, Constantim e Cicouro, no anterior mandato, e que as duas únicas aldeias onde não conseguiram intervir, foram as aldeias de Cicouro e de Constantim. Apresentando um pedido de desculpas às pessoas de Constantim e de Cicouro porque gostariam de ter efetuado arranjos urbanísticos nessas duas localidades e não conseguiram, não tendo sido também efetuados arranjos urbanísticos na Quinta de Cordeiro, mas que já está programado ser lançado um concurso para tal efeito.

O **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu os esclarecimentos dados pelo executivo municipal e prosseguiu com os trabalhos abrindo inscrições para nova volta de intervenções.

Inscreveram-se os seguintes Membros: Bruno Torrado, Lísis Gonçalves, Alfredo Alves, António Santos, Emanuel Bernardo e Francisco Parreira.

O Membro **Bruno Torrado** agradeceu que lhe tivesse sido concedido o uso da palavra, e, dirigindo-se ao Presidente da União de Freguesias de Sendim e Atenor, disse que é pertinente clarificar todas as posições, e que, às vezes, certos assuntos devem deixar de ser considerados grandes elefantes e passarem a ser, de forma muito prática e muito clara, aquilo que as pessoas defendem e aquilo que as pessoas entendem.

Sobre a posição do Partido Socialista, acerca da construção do matadouro do Planalto, disse que à semelhança do que acontece com todos os demais partidos políticos, todos eles têm lideranças. Sendo que as posições dos partidos políticos também mudam consoante as lideranças que vão tendo, disse que, infelizmente, o líder da Concelhia do Partido Socialista de Miranda do Douro, Vereador António José Ribeiro, não se encontrava na reunião, referindo que o mesmo já tinha manifestado a sua vontade de se manter na liderança do Partido Socialista e de ser candidato às próximas eleições internas do Partido Socialista da Concelhia de Miranda do Douro. Portanto, ele e a sua comissão política, da qual o membro Bruno Torrado não faz parte, estarão em posição de dizer aquilo que é a posição do Partido Socialista e aquilo que defendem sobre a localização do



matadouro, e sobre a execução ou não execução da obra do matadouro, e, portanto, são as lideranças que estão legitimadas para falar da posição do Partido Socialista. Aquilo de que ele gostava, sendo que também é um eleito do Partido Socialista, e não tendo a certeza se estava ou não de acordo com o Partido Socialista, era de revelar a sua posição pessoal, que é de cem por cento a favor da construção do Matadouro em Sendim, e que o município está de parabéns por ter mandado construir uma obra que já era prometida há muitos anos, manifestando pena por já ter vindo muito tarde. Afirmou que o município está de parabéns e parece-lhe muito bem que esteja a ser feita a obra em Sendim.

Sobre a zona industrial, disse que já não há mitos quanto à dita obra de construção de uma zona industrial em Duas Igrejas, tendo sido fechado o respetivo procedimento, sendo que, atualmente, a posição do executivo é alargar a zona industrial de Miranda do Douro.

Referiu que o Vice-Presidente da Câmara Municipal disse na sua intervenção de há pouco que houve um parecer negativo por parte das Estradas de Portugal para as águas pluviais da zona industrial de Duas Igrejas. E perante esta afirmação colocou duas questões:

Se houve esse parecer negativo por que razão a obra foi lançada? E por que razão o município teve de indemnizar o empreiteiro que ganhou o concurso, e, sendo assim, qual foi o valor da indemnização?

O **Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho**, Lísis Goncalves, dirigindo a palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal, disse que se ele afirma que a União de Juntas de Freguesia de Sendim e Atenor vai receber menos dez mil euros que o previsto, então, sugere que os seus congéneres se reuniram todos para averiguar se concordam receber menos, mas sem terem a obrigação de manter o protocolo, afirmando que com certeza algumas juntas de freguesia poderão estar interessadas, porque se receberem menos, mas ficarem sem as obrigações previstas nos protocolos, isso significa sobrar mais dinheiro.

Desafiou o Vice-Presidente a sentar-se com todos os autarcas das juntas de freguesia do concelho para tomarem uma decisão a respeito desta questão.

O Membro **Alfredo Alves** manifestou intenção de dar breve resposta às intervenções dos Membros Luís Santiago e António Carção.

Concordou com o que disse o membro Bruno Torrado quando referiu que quem devia estar aqui a responder à questão colocada devia ser o Presidente da Concelhia do Partido Socialista, que é o dirigente, mas que naquele dia seria impossível.



Mencionou que participou na campanha eleitoral às autarquias locais, e que, antes disso, não tinha tido qualquer experiência política.

Referindo-se à intervenção feita anteriormente pelo Vice-Presidente, comentou que, às vezes, em campanha, se dizem coisas que depois não se fazem, lembrando que a Presidente da Câmara já disse que, provavelmente, o parque subterrâneo não será feito, que são coisas que se dizem na campanha. Isto para dizer que o Partido Socialista nunca pôs em questão o local da construção do matadouro. O que se está aqui a dizer, é que, quando é preciso tomar decisões sobre orçamentos, têm opiniões diferentes. E que o executivo toma e assume uma decisão, e outra pessoa pode tomar uma decisão diferente. E aquilo que foi a campanha eleitoral, na sua perspetiva, já ficou para trás, afirmando que o que está em cima da mesa é poderem contar com ele e ser positivo para aquilo que é construção e melhoramento de tudo o que é o Concelho de Miranda do Douro, essencialmente valorizar os cidadãos.

A outra questão é estar a falar de opções estratégicas, e aquilo que foi dito, em determinada altura, é que se o PS estivesse no poder, em vez de optar pela construção do matadouro, iria optar por outras decisões, tal como, por exemplo, a substituição da rede de distribuição de água, que contém amianto, prejudicando a saúde pública.

Parabenteou o executivo municipal pelos três projetos que vão ser agora colocados a aprovação e, dirigindo a palavra ao executivo municipal, afirmou que, com um orçamento de vinte e nove milhões, espera que consigam fazer grandes coisas para os cidadãos e para esta região.

Afirmou que também é verdade que foi levantada a questão das ETAR's, e afinal que verificaram que também é necessário fazer essas obras, e, portanto, que se encerrem aquelas questões e que se entendam agora todos juntos pela população de Miranda.

O Membro **António Santos**, em relação à escola, disse que o Vice-Presidente tem razão quando refere que tem sido feito com a escola um trabalho em conjunto a cem por cento, com afinidade, tendo sempre em conta o interesse superior dos alunos.

Em relação ao que o Presidente da União de Freguesias de Sendim e Atenor, Luís Santiago questionou, disse, comentou que a questão da campanha foi muito no sentido de prioridades, e que se fosse o P.S. a decidir essas prioridades que fariam de outra maneira.

Relativamente ao aquecimento da Escola EB 2,3 de Sendim, disse que o aquecimento está ligado 24 horas por dia ininterruptamente, de segunda a sexta-feira, sendo apenas desligado ao fim de



semana. Transmitiu que a caldeira do aquecimento é a gás, e que o ambiente nas salas é agradável e propício ao trabalho.

Aludiu que o polivalente dessa Escola de Sendim é muito grande, e tem as paredes em vidro e que não são isolantes, daí a dificuldade em aquecer.

Mencionou que há professores que dão aulas em Sendim e em Miranda, e com certeza que se dão conta da diferença entre uma escola e a outra.

Referiu que essa diferença se deve ao investimento feito aqui em Miranda, tendo sido feito um investimento de um milhão de euros na escola, tendo sido substituídos o telhado, as janelas e as portas, sendo que o nível de conforto é muito superior. No entanto, reforçou que na Escola de Sendim também existe um ambiente agradável.

Lamenta que no Plano e Orçamento para o próximo ano não constem essas obras na Escola EB 2,3 de Sendim, sendo que constam outras escolas do concelho, mas que a de Sendim não consta, e que podia constar essa escola como opção.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Miranda do Douro**, Francisco Parreira, deixou a todos os seus cumprimentos e continuou a sua intervenção deixando a sua opinião quanto à questão colocada pelo Presidente da União de Freguesias de Sendim e Atenor e pelo Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho. Mencionou que já é do conhecimento do executivo a sua opinião, mas que nunca a partilhou nesta assembleia, declarando que compartilha da opinião dos seus congéneres por duas razões. A primeira porque acha que o critério tomado na altura não foi igual para todas as juntas de freguesia, que a negociação também não foi a mesma para todas as juntas de freguesia, proferindo que, no que se refere à Junta de Freguesia de Miranda do Douro, a questão estrutural mudou muito, e por isso acha que é importante perceber aquilo que se pode fazer, mesmo a nível das competências, e fazer essa negociação.

O Membro **Emanuel Bernardo**, acerca da questão do Centro de Inspeções de Viaturas, perguntou se já há alguma previsão para o início da obra.

Também perguntou acerca da intervenção que o executivo municipal pretende fazer no Mercado Municipal, e se também previam intervir no exterior do edifício, pois havia sido feito um investimento significativo nas pinturas murais do mesmo.

Deixou, também, duas notas. A primeira aos Membros que integram a Mesa da Assembleia Municipal, por ser a primeira reunião ordinária efetuada com novos elementos, referindo-se aos



trabalhos em curso e dizendo que melhoraram significativamente, verificando-se um debate mais sério e mais forte.

Na segunda nota, solidarizou-se com a nota de pêsames manifestada pelo membro António Carção, e, na qualidade de membro da Associação Recreativa da Juventude Mirandesa (ARJM), acrescentou que, para além de fundador do Grupo de Pauliteiros entre outros Grupos Culturais, Carlos Moreira foi, também, uma das pessoas que deu o nome ao Festival Geada, e, por isso, não poderia deixar de homenageá-lo.

O Membro **António Carção** cumprimentou a todos em geral e prosseguiu dizendo que pretendia realçar que ele é o primeiro a ver e olhar, e que, não gosta de olhar pelo retrovisor.

Afirmou que o que é do passado passou, e que o que lhe interessa é o futuro, é a qualidade de vida dos Mirandeses, mas que há coisas que não se podem deixar passar em claro.

Declarou que esta questão do matadouro é das coisas mais singulares, que algumas pessoas deviam ficar sem falar no dia em que falam acerca do matadouro.

Declarou que a construção do matadouro é uma promessa eleitoral de há cinquenta anos, e que ele próprio, enquanto membro de um antigo executivo municipal, ajudou a prometer a execução dessa obra durante doze anos de mandatos.

Recordou que, em 1994, o falecido Vereador José Xavier anunciou num comício que tinha com ele o projeto do matadouro, e que nunca foi feito, e, portanto, assim sendo, o PS não cumpriu. Passados doze anos, veio o PSD com o Eng.º Manuel Rodrigo, que prometeu mais uma vez a construção do matadouro, e todos os outros candidatos o prometeram, e também não cumpriram, apenas criticavam os executivos antecessores porque não cumpriam, mas eles faziam precisamente a mesma coisa.

Comentou que, nas últimas eleições, os dois partidos não foram iguais. Um tomou a decisão que de tão difícil ninguém antes foi capaz de a tomar, e depois de terem prometido, o outro critica, afirmando que isso é de mau gosto, apelando para que deixassem essa questão em paz.

Declarou que quem fala acerca do matadouro e tem uma conexão política só tem uma coisa a fazer, que é estar calado, porque está a levantar fantasmas dele próprio, e isso é que é populismo, porque outros fizeram são contra, e quando eles prometeram fazer eram a favor.

Disse que teria todo o gosto de encerrar esta questão de uma vez por todas, porque é um tema que se toda a gente meter a mão na consciência todos têm culpa, só não têm culpa os que o finalmente o executaram.



Quanto aos protocolos celebrados com as juntas de freguesia, disse que esteve vinte anos nesta assembleia como membro eleito, e que sempre foi um grande defensor das juntas de freguesia, intercedendo em todas as reuniões da assembleia a favor das juntas de freguesia.

Considera que todo o dinheiro entregue às juntas de freguesia é bem entregue, porque são as juntas de freguesia que estão mais próximas dos cidadãos, sem criar desigualdades, avaliando que é isso que o atual executivo tem feito. Mas, há realidades que são ingratas, porque às vezes são dadas quantias às juntas de freguesia, que, se calhar, têm somas avultadas no banco, que não são capazes de gastar. Expôs que tem de haver aqui uma lógica que é, quando as juntas de freguesia recebem dinheiro, devem investi-lo na respetiva freguesia, porque se receberem e não gastarem, as populações não o sentem, porque se as juntas de freguesia recebem verbas devem-nas gastar na melhoria da qualidade de vida das populações.

Podem parecer politicamente incorretas as suas afirmações, mas deseja que os Presidentes de Junta façam questão de investir todos os cêntimos que recebem, tanto as verbas transferidas pela câmara como de outros organismos, pois considera que é importante que as pessoas das nossas aldeias tenham benefício direto das verbas que as juntas recebem.

A **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu, acerca destas questões novamente colocadas que não vai insistir nelas, apenas vai falar mais uma vez na questão do matadouro.

Referiu que a deslocalização do matadouro atual vai permitir, num projeto que vai ser abraçado juntamente com Presidente da Junta de Freguesia de Miranda do Douro, o reaproveitamento do Parque do Rio Fresno, prevendo atividades aquáticas, uma praia fluvial, e outras atividades lúdicas.

Quanto à questão colocada acerca da zona industrial em Miranda do Douro pelo Membro Bruno Torrado, disse que o executivo municipal está em negociações com os proprietários dos terrenos contíguos à zona industrial para prolongar nesses terrenos a zona industrial.

No que se refere à indemnização paga à empresa que tinha ganho a execução da zona industrial em Duas Igrejas, tal como tinha frisado, foi feita através de um acordo judicial, no valor de cerca de cento e cinquenta mil euros.

Referindo-se ao evento Meating, disse que anda um mito à volta desse assunto, acerca do que elucidou que se trata de um festival como não há paralelo em todo o norte do país, que trouxe cá centenas e centenas de pessoas. Elucidou que foi feita uma candidatura no âmbito do Turismo do



Porto e Norte, no valor de duzentos e quarenta e sete mil euros, e que o município investiu trinta e sete mil euros nesse evento.

Quanto às questões colocadas pelo membro Emanuel Bernardo relativamente ao Mercado Municipal, respondeu que os murais pintados serão preservados, pois deram visibilidade ao edifício. A este respeito disse, também, que está a ser elaborado o caderno de encargos respeitante à obra que vai ser ali feita, no qual está prevista a preservação das duas fachadas.

No que se refere ao aquecimento das escolas, disse que caiu o mito da falta de aquecimento, tal como confirmado pelo membro António Santos, que é Diretor do Agrupamento de Escolas deste concelho, sendo que é uma questão que a incomodou, e que quando surgem essas informações enviesadas que acabam por prejudicar a imagem de todos, mas, principalmente a imagem do município, ou, do executivo municipal.

Deixou nota a respeito dos protocolos que têm estado a ser celebrados com as Juntas de Freguesia deste concelho, a respeito do que disse que o Executivo Municipal considerou a atribuição de mais um FEF às juntas de freguesia, referindo que optaram por essa forma de atribuição por considerarem que seria a forma de tratar todas as juntas de freguesia de forma equitativa. Lembrou que estes protocolos têm de ser integralmente cumpridos, e só quando são comprovadamente executados é que poderão passar para o protocolo do ano seguinte. Referiu que se tem verificado o cumprimento destes protocolos, e por isso é que têm sido celebrados os dos anos seguintes, sendo esta a lógica que vai continuar a funcionar.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** acerca da zona industrial em Duas Igrejas disse que era uma candidatura ao programa 2020, e que, quando o atual executivo chegou à câmara, o projeto tinha já sido elaborado, tinham feito a candidatura e ainda não tinha sido aprovada, tendo já sido aprovada no mandato anterior com o atual executivo. Expôs que foi aprovada em abril ou maio de 2022 e tinham até junho de 2023 para concluir a obra. Tinha de ser lançada a obra a concurso, mas era necessário ter o parecer do Tribunal de Contas, sendo que o Tribunal de Contas deu parecer favorável, e, assim sendo, a obra podia ser lançada a concurso.

Entretanto, a obra foi a concurso, foi adjudicada a uma empresa que concorreu e ganhou o concurso em setembro de 2022, a qual, por sua vez, tinha de começá-la para estar pronta em setembro de 2023. A obra foi financiada a cinquenta por cento, um milhão e meio de euros, a fundo perdido, e um milhão e trezentos mil euros obtidos através de um empréstimo do BEI - Banco Europeu de Investimentos.



O empreiteiro que ganhou o concurso nunca mais começava a obra e o Tribunal de Contas em maio de 2023 enviou uma notificação ao município a dizer que se a obra perdesse o financiamento seria o município que acabaria a obra, e a seguir veio o parecer desfavorável das Infraestruturas de Portugal, quanto às águas pluviais.

Entre perder um milhão e meio de euros ou perder cem a cento e cinquenta mil euros, sendo este último o valor da indemnização, o Executivo chegou à conclusão que seria preferível pagar a indemnização à empresa que ganhou o concurso.

Relativamente às lideranças dos partidos, concorda totalmente quando é afirmado que devem ser as lideranças a definir os parâmetros pelos quais se pautam.

Lembrou que na campanha feita para as eleições autárquicas em 2021, os candidatos pelo PSD sempre afirmaram que o matadouro seria construído em Sendim, e foi precisamente isso que fizeram.

Dirigindo-se aos presidentes de junta de freguesia, disse que teria todo o gosto de reunir com eles quando quisessem, e que se estivessem disponíveis que podiam reunir imediatamente a seguir à reunião da assembleia, afirmando que tem a certeza de que nenhum dos autarcas vai chegar a acordo. Referiu que o que o Presidente da União de Freguesias de Sendim e Atenor expressou é o pensamento generalizado dos demais presidentes de junta, porque todos acham que a distribuição de verbas foi mal feita, no entanto, quando lhes foi apresentada a proposta todos aceitaram. Afirmou que se forem feitas modificações vai dar confusão para todos, a não ser a aplicação de uma percentagem do aumento do FEF atribuído a cada junta de freguesia, dizendo que podem acreditar que vão andar os próximos quatro anos a tentar resolver essa questão e não vão chegar a acordo. Apelou para que se juntassem os treze presidentes de junta de freguesia e que reunissem com ele naquele dia.

Expôs que o município começou a fazer protocolos com as juntas de freguesia em 2022, e foram feitos em 2023, em 2024 e que os de 2025 estão agora a ser cumpridos.

Disse que tinham sido celebrados três protocolos com cada junta de freguesia, lembrando que não podem ser financiadas obras que já tenham sido executadas.

Dirigindo a palavra ao Membro Alfredo Alves, concordou com ele quando se referiu a opções políticas, comentando que isto é que são opções políticas, e exemplificando, referiu que se o município tem dinheiro para fazer uma festa, com o mesmo montante não se pode construir um matadouro.



Quanto ao Meeting, acrescentou que o evento foi feito porque a câmara conseguiu duas candidaturas, caso contrário não teria sido realizado, porque a câmara não investiria todo o dinheiro que se diz para realizar esse evento.

Respondendo ao membro António Carção quanto à tomada de decisões, respondeu que efetivamente é difícil tomar decisões, porque depois das decisões serem tomadas não há volta a dar.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, depois de finalizadas as intervenções dos Membros inscritos, assim como as intervenções dos Membros do órgão executivo, perguntou se mais alguém pretendia colocar alguma questão ao executivo municipal, e, não se tendo manifestado ninguém, deu por findo o período de antes da ordem do dia e prosseguiu abordando o ponto subsequente da ordem de trabalhos.

3. Período da ordem do dia.

3.1 Ata da reunião realizada a 3 de novembro de 2025 – Apreciação e deliberação.

O **Presidente da Assembleia Municipal** pôs a votação a ata da reunião extraordinária realizada a 23 de novembro de 2025, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade dos Membros que nela participaram, com as correções de forma propostas pelo Membro António Santos.

Antes de passar a abordar o ponto seguinte da ordem de trabalhos, o Presidente da Assembleia Municipal fez uma pequena exposição, elucidando os presentes acerca do novo Regimento da Assembleia Municipal de Miranda do Douro, que havia sido trazido naquela data a esta assembleia para votação, dando conhecimento de que tinha sido revisto havia oito anos apenas num artigo específico, e que fora revisto, apesar de nunca aprovado em Assembleia, no anterior mandato por uma comissão eventual composta, na altura, pelos Membros Paulo Barbosa (PS), Emanuel Bernardo (PS), Marisa Ortega (PSD) e por ele mesmo. Acrescentou que, durante o mandato anterior, a proposta de novo regimento também acumulara alterações introduzidas por Fernando Vaz das Neves (PSD), membro externo à comissão.

Lembrou que, já no mandato atual, deixou em aberto durante um mês a revisão do regimento, aguardando sugestões dos Membros que integram este órgão deliberativo, e que ainda podiam ser sugeridas alterações no regimento caso algum dos Membros assim o entendesse. Sendo que o documento continha alterações em toda a sua extensão, revelou que as mais significativas estavam sinalizadas a amarelo no documento previamente enviado aos Membros da Assembleia.



Para abreviar, referiu que o artigo 42.º fora alterado para possibilitar efetuar a transmissão das reuniões online e em direto, e que os artigos 65.º ao 71.º se destinavam à aquisição e tratamento de dados e direitos de imagem das gravações de áudio e imagem. Também foi realizada uma alteração no n.º 2 do artigo 65.º, que versa acerca do áudio das reuniões, o qual passará a estar disponível até à aprovação da ata respetiva, aguardando-se cinco dias, após os quais a gravação é definitivamente eliminada, num procedimento semelhante ao efetuado com as gravações de áudio das reuniões do executivo municipal.

Mencionou que o áudio registado nas reuniões de Assembleia Municipal serve apenas para auxiliar o secretariado e a Mesa na redação da ata, e, passando a ser permitida a transmissão online, tal como em outras autarquias, a gravação será publicada no site da câmara municipal, tornando-se o armazenamento de apenas áudio desnecessário. Deixadas estas notas, passou à abordagem do ponto seguinte da ordem do dia.

3.2 Regimento da Assembleia Municipal – Apreciação e deliberação.

O Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para que os Membros deste órgão deliberativo se manifestassem quanto a este assunto, inscrevendo-se os seguintes Membros:

Emanuel Bernardo, António Santos, Alfredo Alves e Mário Vaz.

Antes de passar a palavra aos Membros que se inscreveram, lembrou que, como conversado anteriormente com o Membro Emanuel Bernardo, segundo o regimento interno em vigor, depois de uma Assembleia Municipal ser convocada, os presidentes de junta de freguesia têm apenas vinte e quatro horas para se fazerem substituir desde a emissão da convocatória, o que pode ser demasiado restrito em situações de urgência.

O Membro **Emanuel Bernardo** deixou nota quanto ao prazo para substituição de um membro com tão pouca antecedência, propondo que possa ser substituído com, pelo menos, quarenta e oito horas de antecedência sobre a data da reunião da assembleia.

Felicitou, também, o Presidente da Assembleia Municipal por ter agendado a apreciação de um novo regimento interno, já que no mandato 2017/2021 este assunto fora abordado, tendo regressado no mandato de 2021/2025, e que era importante solucionar este assunto o quanto antes.

Referiu que, habitualmente, não comparece Público às reuniões da assembleia derivado das suas vidas profissionais, e que os órgãos autárquicos que tomam decisões sabem que a democracia é isto, opinando que assistir às assembleias municipais é sempre de bom tom.



Quanto à alteração ao regimento, fez chegar nota no que respeita à substituição de Membros na assembleia, frisando que, após ter sido recebida a convocatória, vinte e quatro horas para se fazer substituir dificulta o processo, pois é pouco tempo. Sugeriu, novamente, que esse prazo fosse alargado por forma a que não aconteça o que por vezes acontece, que é a falta de comparência de seis ou sete Membros à reunião.

Considera que os eleitos locais representam melhor os órgãos autárquico no seu todo, porque todos são eleitos, e quantos mais comparecerem às reuniões melhor será para o Concelho.

O Membro **António Santos** parabenizou o Presidente da Assembleia Municipal por ter chegado a este ponto do regulamento, pois considera ser um documento muito importante.

Deixou notas a respeito de algumas alterações ao regimento, começando pela ordem do dia, concretamente sobre algo que ocorreu na reunião, que é a alteração da ordem do dia. A este respeito referiu que na secção II não se faz nenhuma referência à alteração da ordem do dia.

O **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que se encontra mencionado num dos artigos do regimento que a ordem do dia pode ser alterada no início da reunião, desde que o assunto seja de relevância para o concelho e que esta alteração tenha a concordância de pelo menos dois terços dos Membros eleitos para a assembleia.

O Membro **António Santos** respondeu que essa matéria se encontra abordada no artigo 20.º do regimento, no n.º 3 do referido artigo, que reza que, desde que seja reconhecida a urgência de deliberação do assunto em questão se pode fazer, no entanto desconhece a urgência de alguns dos assuntos que hoje foram aqui acrescentados à ordem do dia. Quanto a isto, propôs que fosse acrescentado, nesse parâmetro, quando é que deve ser feito, se antes do início da reunião, ou após o início da mesma.

Referiu, quanto à questão do uso da palavra, que o artigo 26.º (Regras do uso da palavra pelos Membros do Executivo Municipal), também lhe levantava algumas dúvidas, pois versava nele que os vereadores da oposição nunca poderiam intervir, a não ser em defesa da honra.

Lembrou que na prática, em outras reuniões, os vereadores sem pelouro já foram autorizados a intervir e a dirigirem-se à assembleia municipal, e que achava muito bem. Mas, segundo o que está escrito no referido artigo, só é dada a palavra aos vereadores com pelouros por delegação da Presidente da Câmara, parecendo-lhe que esta questão também carece de uma reflexão.

Também gostaria de ver esclarecido o que se entende por plenário nesse artigo, pois acha que devia ser mais claro.



O Membro **Alfredo Alves** comentou, quanto à gravação e transmissão das reuniões, que lhe parece ótimo, estando mencionado n.º 2 do artigo 65.º que a gravação áudio será conservada até três dias úteis após a sua aprovação, propondo que, em vez de “(...) findo o qual poderão ser apagadas”, constasse “(...) findo o qual serão apagadas”.

No que se refere à exposição do Público, isto é, pessoas que podem assistir às reuniões, pretende saber se existe alguma lei que refira esta proteção de dados.

Colocou a seguinte questão: quando são expostas pessoas que não estão no exercício de funções, como é o caso dos Membros que integram os órgãos municipais, em sua opinião teria de ser emitido parecer jurídico neste âmbito.

O Membro **António Carção** deixou algumas considerações a respeito deste assunto, nomeadamente o que respeita às vinte e quatro horas para apresentar pedido de substituição, também lhe parece ser muito em cima do acontecimento. Em sua opinião, o ideal seria mais adequado que se fizesse com uma antecedência de setenta e duas horas.

No que se refere a dar a palavra aos vereadores da oposição, considera que não se pode desvirtuar o que é a assembleia, referindo que a assembleia é composta pelos Membros da assembleia e não pelos vereadores. A palavra é apenas dada à Presidente e ela pode delegá-la nos vereadores, e que a Assembleia também o pode solicitar.

A Presidente fala apenas para esclarecer os Membros desta assembleia, não por vontade própria. Mas, se a Assembleia colocar questões a um vereador da oposição, este terá de responder obrigatoriamente.

Afirmou que o regimento da assembleia pode ser melhorado, mas que isso depende do bom senso dos Presidentes da Assembleia.

Afirmou que os vereadores participam nas reuniões da assembleia para dar esclarecimentos aos Membros da assembleia, quando forem solicitados, não é para falarem quando ou o que lhes apetecer.

Lembrou que os Membros do executivo municipal participam nas reuniões da assembleia para prestar esclarecimentos aos Membros que integram esta assembleia, os vereadores da oposição têm o mesmo direito que os demais Membros que integram o órgão executivo municipal.

Em sua opinião, considera que essa parte do regimento está clara, e que não valerá a pena alterar, sugerindo que tem de ser cumprido o rigor do que é a assembleia.



O Membro **António Santos** disse que não era a primeira vez que o membro António Carção vinha a dar a resposta aos Membros da assembleia, parecendo não intervir como membro da assembleia e dando a resposta que competia ao Presidente da Assembleia, que é quem tem esse direito.

Pedi para esclarecer o que é o plenário da assembleia, se é subentendido que são a maioria das pessoas que integram a assembleia, se é preciso fazer alguma votação, ou se basta uma pessoa solicitá-lo.

O **Presidente da Assembleia Municipal** manifestou o seu agrado por verificar o empenho dos Membros desta assembleia relativamente ao debate sobre estas questões, expondo que o plenário da Assembleia Municipal é o órgão deliberativo máximo do município, onde se reúnem todos os Membros da assembleia eleitos para discutir e votar temas essenciais para o respetivo concelho, tais como votar o orçamento do município, regulamentos, e onde é aprovada a estratégia local. Constatou que este assunto é da máxima urgência, já que foi abordado por diversas vezes no anterior mandato, mas nunca chegou a ser votado.

Mencionou que, como havia comentado no anterior mandato, certos artigos na versão em vigor do regimento interno, se levadas à letra tal qual disposto, transformariam a digníssima Assembleia numa “república das bananas”. Por exemplo, se fosse levado tudo à letra, cada um falaria apenas cinco minutos na sua intervenção, e na resposta falaria três minutos, e estariam completamente limitados na discussão dos assuntos. Afirmou que não é isso que se pretende e que, caso a reunião da Assembleia tivesse de demorar dez horas, desde que com dignidade, discutindo proficuamente, e sem repetições constantes, assim seria. Acrescentou que, caso só houvesse assunto para discutir durante uma hora, então a reunião decorreria, obviamente, apenas durante uma hora.

Ainda a respeito da necessidade de corrigir o regimento da assembleia municipal, afirmou que havia claramente urgência em corrigir o regimento de ponta a ponta, como era evidente.

Agradeceu as felicitações dadas à sua pessoa por alguns Membros da assembleia, afirmando que não assumiu o cargo para ser parabenizado, mas sim para trabalhar, deixando, mais uma vez, uma palavra de gratidão.

Relativamente à alteração da ordem do dia, respondeu que tal não estava escrito com todos os pormenores no regimento, mas que esta tem de ser feita logo no início da reunião.



Hoje, justificadamente, não aconteceu assim, devido ao facto de alguns dos Membros terem de tomar posse. Se assim não fosse, aquele aditamento à ordem de trabalhos teria de ter sido feito logo no início. Mais, só pode ser alterada quando há temáticas de valor e de carácter urgente para o município. Referiu que esta prática não se tornará costume, já que, nos serviços de apoio administrativo, é enviada uma notificação via e-mail a informar de que vai haver uma reunião de assembleia naquela data. Depois, é feito o levantamento dos tópicos para elaborar a ordem de trabalhos e os serviços têm oito dias antes da data da reunião para enviar a convocatória. Acrescentou que, no entanto, a ordem de trabalhos deve ser enviada, tal como os documentos dos assuntos que nela constam, com uma antecedência mínima de dois dias úteis antes do dia da reunião.

Referiu que prefere que os documentos vão sendo enviados à medida que estão prontos de forma a serem analisados, e para que, assim, vá havendo tempo para reunirem os grupos municipais e analisarem a documentação.

Expôs que não é obrigatório o orçamento vir à assembleia em dezembro, referindo que poderia ter vindo apenas em janeiro, tal como será feito em várias câmaras do país, dando Bragança como exemplo, e que, apenas por isso, não constava na ordem de trabalhos.

Transmitiu que, entretanto, foi realizada uma reunião de câmara no passado dia dezanove de dezembro, na que foram deliberados alguns dos assuntos agora acrescentados à ordem do dia, de entre os quais também foi aprovado o plano e orçamento, tendo sido enviados os respetivos documentos logo a seguir à reunião de câmara, ou seja, posteriormente ao envio da convocatória. Importa reforçar, então, que este assunto foi apenas agora inserido na ordem de trabalhos porque, quando a convocatória foi enviada aos Membros da assembleia, ainda não tinham sido aprovados os referidos documentos em reunião de câmara.

Quanto aos prazos para solicitar a substituição de Membros, disse que o que mais importa é que se simplifiquem os procedimentos para facilitar os trabalhos, afirmando que não faz sentido, por exemplo, uma Junta de Freguesia não ter um representante na reunião da assembleia quando eventualmente lhe surja um impedimento de última hora e de carácter irresolúvel.

Relativamente aos vereadores sem pelouro, disse que é sobejamente conhecido o funcionamento das reuniões de assembleia, elucidando que são discutidos, entre os Membros que integram a assembleia, os assuntos agendados, sendo a presença do executivo municipal indispensável, na medida em que a Presidente da Câmara prestará todos os esclarecimentos necessários. Caso



entenda e considere necessário, a Presidente de Câmara pode passar a palavra aos seus vereadores com pelouro.

Concordou que os vereadores sem pelouro também podem intervir caso lhes seja solicitado pela Presidente de Câmara, em defesa da honra ou quanto interpelados pelo plenário. No entanto, reforçou que nenhum dos Membros que integram o órgão executivo, inclusivamente a Presidente da Câmara, intervém por sua iniciativa, só o fazendo quando solicitado pela Assembleia.

Quanto ao regimento, disse que é um documento muito importante e através do qual a Assembleia Municipal se orienta. No entanto, disse que não pode ser lido à letra tudo o que lá consta, pois, nesse caso, debater-se-iam com uma série de complicações e burocracias que nada acrescentam, dificultando a vida política deste órgão deliberativo. Disse que o importante era aproveitar o tempo, focando-se naquilo que é relevante e que todos pretendiam fazer de bom neste e para este município, ao invés de debater e focar-se com formalismos que podem ser substituídos por bom senso.

Explicou que a nova versão do regimento foi elaborada com base em outros regimentos que também preveem a transmissão direta das reuniões. No que concerne à questão dos dados pessoais, explicou que está tudo previsto no Regimento Geral da Proteção de Dados.

Elucidou que tinha sido entender da comissão eventual que os Membros da assembleia, enquanto figuras públicas, não se podem opor à transmissão das reuniões quando participam no decorrer de um ato público, tendo sido eleitos para o desempenho de funções públicas. Quanto a qualquer outro cidadão que não tenha sido eleito para integrar este órgão deliberativo, este pode opor-se a que as suas intervenções sejam gravadas, e, nesse caso, inscreve-se, entretanto, a gravação fica suspensa, intervém, e, no final da sua intervenção, as intervenções dos Membros da assembleia continuam a ser gravadas e transmitidas, não aparecendo na gravação / transmissão apenas a parte da intervenção do Público.

Expôs que, apesar de já ter conversado com os Serviços Jurídicos e de o documento ter sido validado de uma forma geral, não tem, ainda, um parecer formal, e, assim sendo, disse que esta questão se pode tratar de duas formas: ou se adia a votação deste regimento e vai aos Serviços Jurídicos, o que poderá demorar bastante, e posteriormente volta a trazer-se novamente à assembleia para discussão; ou é votado já hoje e reencaminhado aos Serviços Jurídicos para uma revisão, mas entretanto a Assembleia já tem um novo regimento. Caso sejam emitidas



recomendações de alteração pelos Serviços Jurídicos, o regimento voltará à Assembleia não para aprovação global, mas para a alteração dos artigos afetados.

O Membro **Mário Vaz** cumprimentou todos os presentes e prosseguiu congratulando a anterior assembleia pelo trabalho que desenvolveu em relação a esta questão.

Referiu que o ponto da alteração da ordem do dia surgiu pelo que aconteceu na reunião, sendo que a ordem do dia pode ser alterada para questões efetivamente urgentes, mas acha que seria adequado o orçamento vir mencionado na convocatória ou pelo menos fazer uma alteração à convocatória. Acrescentou que é um assunto de grande monta e importância, pelo que todos estariam à espera de que o orçamento viesse e ninguém se oporia quando se fizesse a alteração à ordem de trabalhos, tal como aconteceu.

Referiu que outro ponto que devia ter sido mencionado na ordem de trabalhos é a eleição de dois Membros para a Assembleia da CIM-TTM, que foi introduzido apenas no início da reunião, mas que exige uma preparação prévia de toda a assembleia. Todos sabiam que ia acontecer e não vem mencionado na ordem.

Espera que, daqui para a frente, este regimento seja cumprido e que se tenham em atenção estas alterações que podem fazer funcionar a assembleia de uma forma mais célere, mais fácil, de forma que todos saibam o que têm de fazer, e não estarem a supor o que vai acontecer.

O **Presidente da Assembleia Municipal** disse que, sempre que os Membros verifiquem que algum assunto da ordem de trabalhos está em falta ou pretenderem ver um assunto discutido, que o manifestem, pois a ordem de trabalhos pode ser alterada até dois dias úteis antes da reunião.

Reiterou que o assunto do orçamento não constava na ordem de trabalhos porque a convocatória foi enviada com data de dezasseis de dezembro, e a reunião de câmara em que o orçamento foi aprovado tem data de dezanove de dezembro, e que não se deve fazer constar numa ordem de trabalhos um assunto que tem ainda de ser aprovado em reunião de câmara antes de ser enviado à assembleia, por uma questão de respeito à individualidade e função de cada ordem.

O Membro **António Santos** disse que tem por bom que o plenário da assembleia pode ser um único elemento da assembleia, tendo o Presidente da Assembleia Municipal respondido afirmativamente, desde que feito com bom senso.

Passou a reportar que no ponto n.º 4, do artigo 26.º do regimento da assembleia municipal refere, o seguinte:



“É concedida a palavra aos vereadores para intervir, sem direito a voto nas discussões, a solicitação do plenário da Assembleia ou com a anuência do Presidente da Câmara ou do seu substituto legal.”

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou ao Membro António Santos se pretendia propor alguma alteração, tendo aquele membro respondido que não pretendia propor nada, apenas esclarecer o que consta na parte do regimento acima mencionada.

Prosseguiu perguntando se todos concordavam com a proposta apresentada quanto ao aviso de substituição de Membro num prazo de setenta e duas horas anteriores à reunião, tendo sido unânime a aceitação.

Demandou aos Membros que se encontravam na reunião se concordavam que fosse aprovado o regimento e enviá-lo novamente aos Serviços Jurídicos para retificar mediante as propostas apresentadas e voltar a agendar este assunto para a próxima reunião para aprovação final, tendo tido a concordância de todos os Membros.

Foi posto a votação o Regimento da Assembleia Municipal apresentado, com as alterações propostas pela Mesa da Assembleia Municipal, bem como as alterações propostas pelos Membros que as sugeriram, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Membros presentes, com a condição de ser revisto pelos Serviços Jurídicos da Câmara Municipal, para aprovação final numa próxima reunião desta assembleia municipal.

3.3 Nomeação de representantes (2) das Juntas de Freguesia para a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, dirigindo-se aos líderes de cada Grupo Municipal, perguntou se pretendiam apresentar propostas no âmbito da nomeação de dois representantes das Juntas de Freguesia para integrarem a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais.

O líder do **Grupo Municipal do Partido Socialista (PS)** propôs que fosse nomeado Lísis Fernandes Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho de Angueira.

O líder do **Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PSD)** propôs que fosse nomeado António Jorge Jacoto Lourenço, Presidente da Junta de Freguesia de Picote.

Entretanto, procedeu-se à votação por escrutínio secreto das propostas indicadas, tendo sido nomeados, por unanimidade, os Membros Lísis Fernandes Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho de Angueira, e António Jorge Jacoto Lourenço, Presidente da Junta



de Freguesia de Picote, como representantes das Juntas de Freguesia deste Concelho na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais.

3.4 Nomeação de um representante das Juntas de Freguesia para a Comissão Municipal de Proteção Civil.

O **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou aos líderes dos Grupos Municipais a indicação dos Membros que pretendiam propor para a nomeação de um representante das Juntas de Freguesia para a Comissão Municipal de Proteção Civil, tendo sido apenas apresentada uma proposta por parte do **Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PSD)**, nomeadamente, **Francisco José Carvalho Parreira**, Presidente da Junta de Freguesia de Miranda do Douro.

Prosseguiu-se para votação por escrutínio secreto, tendo sido eleito para representar esta Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Proteção Civil Francisco José Carvalho Parreira, Presidente da Junta de Freguesia de Miranda do Douro, com vinte e seis votos a favor e um voto em branco.

3.5 Minuta de “Protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Sendim e Atenor”, no âmbito das atribuições e competências conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações – Apreciação e deliberação.

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Executivo Municipal para se pronunciar acerca deste assunto,

A **Presidente da Câmara Municipal** começou por dizer que já anteriormente tinha afluído esta questão dos protocolos celebrados com as juntas de freguesia deste concelho, esclarecendo que o critério utilizado é utilizar um método de distribuição de verbas equitativo relativamente a todas as juntas de freguesia. Referindo que, as verbas distribuídas vão de encontro ao que cada uma das juntas de freguesia recebe no respetivo FEF, que lhes é atribuído trimestralmente, afirmando que é esta a ótica que tem estado a guiar o executivo municipal e assim continuará.

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou aos Membros que integram este órgão deliberativo se pretendiam manifestar-se quanto a este assunto, tendo-se inscrito o Presidente da União de Freguesias de Sendim e Atenor.



O **Presidente da União de Freguesias de Sendim e Atenor** contextualizou que lhe tinha sido dado conhecimento de que a presente minuta de protocolo veio apenas hoje a esta reunião pelo facto de terem, entretanto, decorrido as eleições autárquicas.

Não se verificando mais inscrições, o assunto foi submetido a votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a minuta de protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Sendim e Atenor, no âmbito das atribuições e competências conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações, nos exatos e precisos termos nela plasmados, através do que será atribuído apoio financeiro à autarquia supra indicada no valor de € 25.000,00 (vinte e cinco mil euros), para os fins e nas condições que nela constam. Atendendo a que ainda não tinham sido tratados diversos assuntos agendados para tratar nesta reunião, e devido ao adiantado da hora, o **Presidente da Assembleia Municipal** propôs que fosse feita uma pausa para o almoço, tendo todos os Membros presentes concordado.

O **Presidente da Assembleia Municipal** reiniciou os trabalhos eram catorze horas e quarenta e cinco minutos, passando a debater o ponto seguinte da ordem do dia.

3.6 Grandes Opções do Plano, Orçamento, Demonstrações Financeiras Previsionais, Mapa de Pessoal e Mapa de Recrutamento - Ano 2026.

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Executivo Municipal para dizer o que considerasse relevante quanto a esta matéria.

A **Presidente da Câmara Municipal** deu início dizendo que este é um orçamento municipal que ronda os vinte e nove milhões de euros, e que está muito versado para a execução de vários projetos que já estão previstos e orçamentados.

De uma forma geral, disse que é um orçamento a pensar nas famílias, no sentido em que está prevista a devolução de cinquenta por cento do IRS, tal como aprovado em reunião de câmara. Transmitiu que o IMI se mantém no mínimo legal, e que foram congeladas as tarifas do consumo da água, do saneamento e recolha de lixo.

Referiu que também foi dado um sinal às empresas, uma vez que podem usufruir da isenção da derrama aquelas empresas que mantenham ou criem postos de trabalho, se bem que a derrama no concelho está mais direcionada para as empresas eletroprodutoras, e para as instituições bancárias.



Afirmou que o executivo não tem medido esforços para captar fundos comunitários, e, nesse campo, a prioridade máxima do executivo municipal é a eficiência dos fundos comunitários, do PRR e do Portugal 2030. Declarou que vão esforçar-se para que se iniciem e concretizem as obras que estão previstas no orçamento.

Vão continuar a batalhar pelos impostos devidos no âmbito do negócio de venda das barragens.

Continuarão com a forte aposta na educação, reclassificando as escolas do concelho.

Disse que têm um grande projeto, um projeto ambicioso, que é o corredor ecológico das arribas, denominado “Ls Carreirões”, estando também prevista a requalificação de vários espaços públicos e do património cultural.

O orçamento para 2026 é no valor de vinte e nove milhões, quarenta e seis mil, vinte e quatro euros, e sessenta e cinco cêntimos, portanto, observa-se um acréscimo de mais de quatro milhões, e cem mil face ao orçamento de 2025.

Mencionou que, dentro do orçamento, existem vários investimentos municipais que versam o apoio ao cidadão no âmbito da proteção civil. Referiu que o município tem a cargo dez operadores dos Centros Municipais de Emergência, cinco em cada das Associação de Bombeiros Voluntários. O município assumiu a despesa das EIP's - Equipas de Intervenção Permanentes, também compostas por dez elementos em cada uma das Corporações dos Bombeiros Voluntários, a de Miranda do Douro e a de Sendim. Elucidou que duas destas equipas já tinham sido solicitadas pelo anterior executivo do qual faziam parte, continuando a verificar-se essa carência de elementos, havendo a possibilidade de implementar mais duas EIP's, uma em Sendim, e outra em Miranda do Douro, possibilidade que está a ser negociada com a Proteção Civil.

Referiu que no investimento está previsto um montante de mais de meio milhão de euros com os encargos escolares, a alimentação, o transporte, as comunicações, os manuais escolares, a escola virtual, a comparticipação na aquisição de vários materiais didáticos, continuando com a delegação de competências no Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro. Disse que vão continuar a apostar nas bolsas de estudos atribuída aos estudantes que ingressam no ensino superior.

Continuarão a assumir os encargos advindos do transporte de doentes oncológicos.

Neste orçamento também está prevista a despesa com a manutenção do seguro municipal de saúde. O Município também dá apoio protocolar à Unidade de Apoio aos Cuidados Paliativos.

Concede apoio financeiro às várias associações desportivas e culturais do concelho.



No âmbito da agricultura, continuam a dar apoio às associações dos criadores de gado, apoio à realização dos diversos certames de gado. Informou que está em execução o projeto dos bairros comerciais digitais, em colaboração com a ACIMD, que é quem lidera este projeto, mas a câmara também comparticipa com a sua parte.

Estão também previstos os encargos com a iluminação pública. Vão continuar a dar apoio às juntas de freguesia, assim como às instituições de solidariedade social. Têm previstos vários projetos na reabilitação de casas sociais, referindo que uma casa está praticamente concluída. Trata-se da reabilitação de habitação para alojamento urgente e temporário, contemplando vários investimentos nessa ordem.

Disse que estão a ser executados diversos arranjos urbanísticos, nomeadamente o arranjo da Rua do Baiunco, em Sendim, e as infraestruturas elétricas em vários pontos do concelho. Referiu que vai ser feito um grande investimento na questão das águas, saneamentos, resíduos sólidos e proteção do ambiente, num valor estimado de mais de dois milhões e meio de euros.

Será executada a requalificação da ETA em Miranda, do sistema de abastecimento de água ao setor sul do concelho, vários projetos que já estão candidatados, cujas candidaturas também já estão aprovadas. Será levada a cabo a reabilitação de várias ribeiras, a de Teixeira, a de Picote, tendo já sido assinado protocolo, a requalificação da ribeira de São Martinho, a criação da unidade de compostagem para resíduos sólidos, assim como vários projetos no âmbito da preservação do Parque Natural do Douro Internacional.

Serão reabilitados os parques infantis e feita a requalificação dos balneários da piscina municipal descoberta, a conversão da antiga cadeia da comarca de Miranda do Douro em Centro de Criação Artística das Terras de Trás-os-Montes. O edifício da Casa da Cultura em Sendim também será requalificado e terá uma nova componente que será a Escola Amadeu Ferreira, tudo isto em âmbito de candidaturas aprovadas. Também se procederá à requalificação da Casa da Música de Miranda do Douro, tal como da antiga escola de Sendim.

Têm a intenção de criar o Centro Interpretativo da Capa de Honras e vão continuar com a construção do Matadouro do Planalto. Disse que também está prevista a ampliação da zona industrial de Miranda do Douro, intervirão no âmbito do turismo, será feita a beneficiação do Posto de Turismo e a requalificação dos cabanais do castelo.

Continuarão a integrar o projeto IBERLOBO e criarão uma infraestrutura de apoio ao turismo da natureza.



Procederão à sinalização de diversas vias, à pavimentação das estradas, uma das quais é a estrada entre Teixeira e Gregos. Serão mudadas todas as lâmpadas da iluminação pública do Centro Histórico, com vista ao melhoramento da eficiência energética, assim como se procederá à requalificação dos postos de iluminação, e, sobremaneira, tentar, até ao fim de dois mil e vinte seis, continuar neste impulso de melhorar a vida dos munícipes, por uma via ou por outra, e trazer um melhoramento significativo para todo o concelho.

Concluída a intervenção pela Presidente da Câmara Municipal, o **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os Membros que integram este órgão deliberativo se pronunciassem acerca do assunto em apreciação e votação, inscrevendo-se os seguintes Membros: Alfredo Alves, António Santos e Francisco Parreira.

O Membro **Alfredo Alves** anunciou que, só para terminar de uma vez por todas com a questão do matadouro, disse que nenhum executivo de bom senso que tomasse decisões neste momento iria acabar com a obra do matadouro. Porque acabar agora com a obra do matadouro significaria mais complicações para a câmara e custos mais acrescidos e depois nem ficava com obra.

Comentou que o Membro Bruno Torrado já disse com clareza qual é a posição do PS, portanto, encerre-se essa questão, trata-se de opções.

O mesmo acontece com a questão da escola EB 2,3 de Sendim, que não está no orçamento, dizendo que é evidente que quando forem feitas obras, em vez de ter o aquecimento de segunda a sexta-feira ligado, vinte e quatro horas diárias, não vai gastar tanto aquecimento, vai-se poupar, e isto é que são as diferenças de opções de pensamento.

Afirmou que o Executivo tem bons projetos, e que se prossiga. Referiu que o que é mais de elogiar é que o orçamento passou de vinte e cinco milhões de euros para vinte e nove milhões, o que é muito bom, porque são mais quatro milhões a ser aceites e a serem executados para o bem dos cidadãos e do território de Miranda do Douro.

Colocou duas questões, a primeira, e tendo em conta que esteve quarenta e dois anos a trabalhar na área da saúde, é a questão do seguro de saúde. Mencionou que quiserem falar sobre saúde e estar a gastar mais dinheiro daquilo que é um Serviço Nacional de Saúde porque neste momento tem limitações, e de facto existem, mas que não é injetando dinheiro ou serviços que se vai melhorar o Serviço Nacional de Saúde. E quando se fala em Serviço Nacional de Saúde que se veja o que está a acontecer com as urgências de obstetrícia e de pediatria na zona sul.



Na zona norte não têm esses problemas, porque o entendimento e a forma como são feitas as coisas são de forma diferente. E, portanto, não pode concordar que o Executivo esteja a investir trezentos e oito mil euros num projeto de seguro de saúde, afirmando que há outra forma de o fazer.

Daquilo que é o orçamento, concorda, deixando algumas notas, concretamente a contratação de mais oitenta e quatro trabalhadores. Considera que neste momento o maior empregador deste concelho é a Câmara Municipal, acha muito bom que contratem mais oitenta e quatro funcionários, contratos a tempo indeterminado, são oitenta e dois mais dois. O único que viu ali de errado foi haver um acréscimo de seiscentos mil euros entre dois mil e vinte e cinco e dois mil e vinte seis, mas que depois não vê essa projeção para os anos seguintes.

O **Membro António Santos** disse que as medidas elencadas pela Presidente da Câmara Municipal parecem-lhe todas positivas e meritórias, com exceção do seguro de saúde, com o qual não concorda por uma questão de princípios.

Pedi esclarecimento acerca de outras questões no orçamento que o levam a colocar perguntas, nomeadamente, está nele prevista uma verba no valor de seiscentos e cinquenta mil euros, previstas nas receitas, provenientes dos impostos devidos pela venda das barragens, dizendo que não sabe até que ponto isso será realista para este ano.

Referiu que também vem mencionado no orçamento um valor respeitante a um empréstimo para a empreitada do Matadouro do Planalto, questionando se é alusivo ao empréstimo que já foi aqui aprovado, ou se preveem que sejam necessárias mais verbas para concluir o matadouro.

Mencionou que não está inscrita, em termos de linhas de fundo do orçamento, a Escola EB 2,3 de Sendim, referindo que gostaria que já estivesse inscrita, como uma possibilidade de abrir concursos, e não ficava mal já contar no orçamento com verba atribuída, é uma questão de prioridades.

Comentou que vinte e nove milhões é muito dinheiro, espera que se consiga concretizar, dizendo que tem dúvidas acerca da realização efetiva desses vinte e nove milhões, tendo em conta os níveis de execução até à data apresentados, de cinquenta e oito por cento, sendo que duvida que o executivo tenha capacidade para executar tanto dinheiro, mas espera que seja possível e em proveito da nossa terra.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Miranda do Douro**, Francisco Parreira, aludiu que o orçamento e as grandes opções do plano para 2026 apresenta um conjunto de opções que têm



um impacto direto e concreto na Freguesia de Miranda do Douro, quer ao nível do investimento público, quer no apoio às famílias, às instituições, e à economia local.

Afirmou que é justo reconhecer que este orçamento contempla obras estruturantes na freguesia de Miranda do Douro, destacando a requalificação dos ginnodesportivos das duas escolas existentes. O investimento nas infraestruturas da água e do saneamento, nomeadamente a requalificação da ETA, e a aposta na cultura, no património e no turismo, com projetos como o da Casa da Música, o dos cabanais do castelo e o projeto “Ls Carreirones”.

Também ao nível do desenvolvimento económico, projetos como o avanço da zona industrial representam oportunidades reais para a criação de emprego e para a dinamização da economia local, fatores essenciais para a fixação de população.

Afirmou que este orçamento não se resume a grandes obras, tem também um impacto muito relevante no orçamento das famílias da Freguesia de Miranda do Douro, através de uma política fiscal que deve ser sublinhada. Referiu-se à manutenção do IMI no mínimo legal, às reduções adicionais para famílias com dependentes, à devolução de 50 % de IRS aos munícipes e à isenção ou redução da derrama para as pequenas e médias empresas. Declarou que são medidas que aliviam a carga fiscal, apoiam as famílias, estimulam a atividade económica e demonstram sensibilidade social num contexto ainda exigente.

Importa ainda destacar uma decisão particularmente relevante para o dia-a-dia dos munícipes, que é não haver aumento das tarifas da água, do saneamento e dos resíduos sólidos e urbanos. Num período em que as famílias sentem dificuldades, esta opção política representa estabilidade e respeito pelo esforço das pessoas.

Apesar destes aspetos positivos, não pode deixar de fazer um alerta político ao executivo municipal. Referiu que Miranda do Douro tem hoje várias ruas que, após intervenções da empresa de gás se encontram em mau estado, com os pavimentos degradados, e intervenções mal repostas, situações que prejudicam a mobilidade, a segurança e sobretudo não dignificam a bela cidade. Afirmou que é fundamental que o executivo tenha especial atenção a esta situação, exigindo à empresa responsável a reposição integral e de qualidade dos pavimentos e garantir que as ruas de Miranda do Douro sejam tratadas com o cuidado que merecem.

Valorizar o território também passa por cuidar do espaço público, e pela imagem que projetamos para quem cá vive e para quem nos visita.



Em conclusão, disse que o orçamento para 2026 tem impactos positivos evidentes na Freguesia de Miranda do Douro, através de investimento público, benefícios fiscais, contenção de tarifas essenciais e reforço dos serviços.

Declarou que há algo muito importante para que neste orçamento haja uma atenção permanente à dignificação do espaço urbano e a resolução dos problemas concretos do quotidiano.

O **Membro António Carção** aludiu que, depois de ter ouvido a intervenção da Presidente da Câmara acerca deste assunto, não precisaria dizer mais nada, declarando que se trata de um excelente orçamento para os mirandeses. No entanto, reforçou três ou quatro linhas de fundo que considera fundamentais.

Primeiro, as tarifas do concelho de consumo de água e esgotos. O não pagamento da derrama das empresas municipais de pequeno porte, excluindo a energia e a banca. Declarou que é mais que justo, mencionando que trabalhar no interior não pode ser um castigo.

A manutenção do IMI e, provavelmente, a Presidente da Câmara não consegue diminuir mais porque a lei não o permite.

Referiu que durante doze anos lutou na Câmara Municipal para que o retorno dos 5 % do IRS que fosse distribuído pelos municípios, ninguém quis ouvi-lo, enquanto este executivo chegou e deu 50 % aos municípios, apelando que no próximo ano seja redistribuído 100 % desse imposto. Referiu que, além disso, a Presidente da Câmara mencionou uma série de obras, sendo que reforçará algumas. Fornecimento de água a Cércio, Vale de Mira, Águas Vivas, Fonte Ladrão, a reestruturação da Casa da Música, a Rua do Baiunco, a Escola de Sendim, a confirmação real das obras do matadouro, que são para continuar, os arranjos urbanísticos, reforço dos sistemas de depuração de esgotos no concelho, tudo isto é extremamente importante e é qualidade de vida para os mirandeses.

Mas, tem outro tipo de despesas, que mais à frente irá focar, no quadro da página vinte e quatro, que são as despesas correntes e as despesas de capital.

Pretende especificar de uma vez por todas que despesas correntes são as despesas inerentes ao funcionamento da câmara municipal, despesas de capital é investimento, são obras.

Porque é que aumentam as despesas correntes e não as de capital, porque gostam mais de investimento nas despesas correntes do que nas despesas de capital? Disse que há uma série de fatores, concretamente o que é pago pelas EIP's, nas Associações de Bombeiros, o transporte dos doentes oncológicos, o seguro de saúde, o financiamento das consultas abertas no Centro de



Saúde, tudo isto são despesas correntes. A transferência de competências, por exemplo as que respeitam à educação, sendo que cada vez mais a câmara tem mais encargos, e mais despesas correntes e menos despesas de capital, e que sob o seu ponto de vista é a forma correta de estar na sociedade.

Referiu que há outro fator importantíssimo, se repararem na página número seis do orçamento, onde menciona o item “Redução da Dívida”. Portanto, houve redução da dívida, houve aumento da capacidade de endividamento, afirmando que o executivo teve a sensatez de fazer uma boa gestão e fez o que devia ter feito.

Para finalizar, disse que, para sossegar aqueles que pensam que algumas obras que não constam no orçamento, que podem ser colocadas no orçamento a qualquer momento.

Mencionou que há alterações orçamentais e revisões orçamentais, sendo que antes era apenas possível fazer duas revisões por ano, mas que atualmente podem ser feitas todas as que for necessário, desde que haja uma obra candidatada, basta trazer à assembleia para votação e introduzi-la, provavelmente nenhum Membro se oporá.

Para terminar, indicou que no gráfico da página vinte e quatro do orçamento, onde menciona despesas correntes, quinze milhões e setecentos mil euros, 54 %, ultrapassa os cinquenta por cento devido ao que referiu anteriormente na sua intervenção. Despesas de capital, que considera ser muito, treze milhões e trezentos mil euros, 46 %.

Dirigindo a palavra à Presidente da Câmara Municipal, disse que tem de ter uma execução mínima do orçamento na ordem dos 80 %, tal como é do conhecimento dela, mas que se conseguir 50 % ficaria satisfeito, pois um grande orçamento.

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Executivo Municipal, na pessoa da sua Presidente, para dar esclarecimento das questões colocadas ao longo das intervenções.

A **Presidente da Câmara Municipal** fez uso da palavra apenas para dar nota ao membro Alfredo Alves. Quanto ao mapa de pessoal, elucidou que os oitenta e quatro lugares são lugares que vinham já de mapas de pessoal anteriores.

Referiu que gostariam de poder contratar mais pessoal para os serviços da Câmara Municipal, pois era forma de poder sustentar mais oitenta famílias.

Transmitiu que, em breve, serão abertos concursos para assistentes operacionais, para lugares de construtores civis, vai ser aberto concurso para um técnico superior da área da música, para um técnico superior na área da comunicação, e lugares para assistentes técnicos para colmatar a



falha de pessoal da cultura. Também está prevista a abertura de um lugar de engenharia civil e um concurso para arquitetura.

Comentou que, certamente, será difícil preencher estes lugares, e provavelmente ficariam muito aquém dos oitenta e quatro lugares.

Quanto à Escola EB 2 de Sendim, não consta em orçamento porque a candidatura que pretendem fazer e que está previsto é um financiamento a cem por cento, mas poderá vir a estar inscrita, assim que for possível.

Relativamente ao seguro de saúde, disse que veio dar resposta ao ter de estar a aguardar em enormes listas de espera. É uma opção do executivo municipal e vai continuar a ser prestado, mas em outros moldes. Mencionou que este seguro de saúde veio colmatar as listas de espera que as pessoas tinham de fazer para conseguir uma consulta de especialidade. Foi uma opção do executivo e vão continuar com ele, talvez em moldes diferentes.

Quanto aos impostos das barragens, têm a ver com uma renda que é paga a todos os municípios com barragens.

Agradeceu as palavras do membro António Carção e do Presidente da Junta de Freguesia de Miranda do Douro, Francisco Parreira.

No que se refere aos danos feitos pela empresa que esteve a introduzir as condutas do gás na cidade, disse que o executivo tem estado sempre a reivindicar e a fazer pressão para que as coisas sejam bem-feitas, sendo que é o trabalho que a empresa tem de executar, e o executivo tem isso em atenção. Ainda a este respeito, referiu que o executivo conseguiu que ficassem as condutas do gás feitas antes no Centro Histórico pela GALP, caso contrário teriam esventrado novamente o Centro Histórico. Referiu que devido a este processo houve situações nefastas, nomeadamente quando romperam o piso junto da escola de secundária, taparam o rasgo com alcatrão à pressa e passado pouco tempo o piso abateu e continua dessa forma, sendo que o executivo está constantemente a apelar para que reparem aquela via, e ainda não conseguiram resultado nenhum.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** fez uso da palavra com o consentimento devido, começando por abordar a questão da escola EB 2,3 de Sendim, a respeito do que disse que não estava mencionada no orçamento porque era uma obra que seria financiada a cem por cento e ainda não têm estimativa a respeito do valor da obra, mas logo que abra um programa para efetuar a respetiva candidatura será feita de imediato. Quanto aos pavilhões das duas escolas de Miranda



do Douro, mencionou que constam no orçamento para 2026 porque têm duas possibilidades de candidatura: ou através da CIM pelo 2030, ou pela transferência de competências no domínio da educação.

Relativamente ao Plano e Orçamento para 2026, disse que o executivo ficou satisfeito porque se verifica que apenas um item separa um partido do outro, que é o seguro municipal de saúde.

Afirmou que o executivo municipal jamais abdicará do seguro de saúde, não obstante ter em mente melhorá-lo. A saber que, tendo sido contratado para seis mil e quatrocentas pessoas, e verificando-se que não aderiram esse número de pessoas, será reduzido o número de pessoas para as quais o seguro será contratado e automaticamente o prémio a pagar pelo seguro será também inferior. Declarou que o executivo municipal não pretende com este seguro de saúde substituir o Serviço Nacional de Saúde, apenas complementá-lo no que se refere às consultas de especialidades. Atendendo a que, quando as pessoas marcam consultas de especialidade através ao SNS, têm de aguardar muito tempo até conseguirem efetivamente ter consulta, enquanto recorrendo ao seguro de saúde conseguem concretizar essas consultas de forma mais célere.

Acredita que o concelho está bem entregue, sendo que o orçamento apresentado foi feito a pensar em todos os Mirandeses.

Mencionou que estão nele previstas muitas despesas de capital, pois serão levadas a execução diversas obras, e, portanto, é um orçamento mais ambicioso.

Referiu que, o próximo ano, é um bom ano para apresentar candidaturas, comentando que o ano de 2025 foi bastante difícil porque não foi possível fazer candidaturas e elucidando que as obras executadas foram efetuadas com dinheiro do município.

Quanto aos danos causados nas ruas da cidade pela empresa que está a instalar as condutas do gás, disse que a câmara tem vindo a chamar à atenção para o facto, e que, da parte da empresa, têm afirmado, sempre que são abordados, que vão arranjar o que foi danificado, e esperam que assim seja.

Quanto ao empréstimo concernente ao matadouro, disse que não se trata de um novo empréstimo, mas sim o que já tinha sido aprovado nesta assembleia anteriormente, e aguardam a abertura de um programa para candidatar a parte da obra para dessa forma gastar o mínimo possível do referido empréstimo.

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se alguém pretendia inscrever-se para intervir na segunda volta, tendo solicitado inscrição o Membro Emanuel Bernardo.



O Membro **Emanuel Bernardo**, sobre a questão da saúde, disse que a questão está bem explicada, está bem discutida, tratando-se de uma opção que diferencia os dois principais partidos, mas que é popular e está dada a sua legitimidade.

Referiu que há algumas questões que lhe suscitam curiosidade, nomeadamente, ouvir falar da política fiscal como se fosse algo tão diferenciador, que tenha mudado assim tanto, e, a este respeito, disse que, sem ser a questão da derrama, quase tudo se manteve desde há cinco anos a esta parte. E, falando de política fiscal, olhando para o lado, vê outros meios de criar incentivos fiscais a pessoas, a empresas, como empresas que são compensadas por criarem postos de trabalho, com valor monetário. Afirmou que é curioso que desse ponto de vista, essa responsabilidade das contas terem sido relativamente ao ano anterior equilibradas, afirmando que o que é bom é que haja essa noção e que isso se conserve para o futuro.

Algo que o intrigou no orçamento foi não conseguir encontrar a palavra “pavilhão”, tendo questionado a razão pela qual o novo pavilhão multiusos não consta no orçamento municipal, dada a sua prioridade.

A **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que as taxas do IMI têm sido sempre pelo mínimo, sob proposta do executivo municipal. Também podia ter sido opção de o executivo aumentar essas taxas, no entanto a opção tomada foi continuarem a ser pelo mínimo. Quanto às taxas do IRS, disse que é uma opção com a qual pretendem continuar, e tal como desafiou o membro António Carção, no próximo ano trabalharão nessa questão e talvez se consiga que a totalidade desse imposto reverta para os munícipes. Referiu que a grande diferença que se verifica neste orçamento, tal como nos orçamentos apresentados nos últimos quatro anos, foi em relação à derrama. Sendo que muitas das empresas que pagavam derrama neste concelho nem deram conta de que deixaram de pagar, portanto não era assim significativo o valor desse imposto, constatando-se o que já sabiam, que para a câmara municipal a receita advinda desse imposto também não era assim tão significativa, mas passou a ser mais, pois direccionaram a derrama para as entidades eletroprodutoras e para as entidades bancárias, e, por essa via, aumentou a receita. Quanto ao novo pavilhão multiusos, referiu que provavelmente ainda não se conseguirá realizar em 2026, porque ainda vai levar o seu tempo para lançar concurso para elaboração de projetos de arquitetura, das especialidades, preparar o terreno, mas que se houver uma alteração que lhes permita iniciar esta obra, se fará uma revisão orçamental e desde que seja por todos aprovada, poderá concretizar-se a execução do novo pavilhão.



O Membro **Mário Vaz** perguntou a que se reportam os seiscentos euros a que se referiram anteriormente.

A **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que se trata do valor das rendas pagas pela concessionária das barragens existentes neste concelho ao município.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, respondendo à intervenção feita pelo membro Emanuel Bernardo, disse que, quando afirmou que no que se refere à política fiscal não houve assim uma diferença tão grande, referiu que todas as pequenas e médias empresas com menos de dez milhões de euros, que não fechem postos de trabalho, estão isentas. Expondo que a câmara municipal recebia cento e sessenta e quatro mil euros, e agora recebe mais de trezentos mil euros.

Expôs que, em 2021, antes deste executivo assumir funções, a câmara ia aumentar a água em 20 %, de 2021 a 2025, e que, até à data, não foi aumentado nada. Os 2,5 % do IRS só foram devolvidos aos munícipes a partir de 2021. O IMI mantém-se na taxa mínima, e os direitos de passagem não são da câmara.

O Membro **Alfredo Alves** usou novamente da palavra para dizer que os Membros que representam o Partido Socialista nesta assembleia se vão abster na votação do orçamento, e não apenas devido ao seguro de saúde.

Quanto às obras que estão a ser feitas, disse que, fosse quem fosse o executivo que estivesse no poder, que tinha de as continuar, sendo que, das novas obras que vão ser implementadas e das quais discordam, mas que o executivo decidiu fazê-las. Como o executivo está em maioria, deve continuar com esses projetos e, se pretendem continuar com o seguro de saúde, nada têm a opor. Aludiu que, com a abstenção do PS, dão o aval para que continuem o orçamento, não se devendo apenas ao seguro de saúde, tal como já tinha sido dito, mas devido a outras decisões que o PS teria tomado de forma diferente.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** interveio para dizer que gostaria de saber quais seriam essas obras, porque eventualmente o executivo poderia acabar por adotar algumas delas.

Dado por terminado o período das intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** pôs a votação o assunto supramencionado, tendo sido deliberado por parte deste Órgão Deliberativo, composto por vinte e oito Membros, dos quais estiveram presentes na votação vinte e seis, aprovar, por maioria, as Grandes Opções do Plano, o Orçamento, as Demonstrações Financeiras Previsionais, o Mapa de Pessoal e o Mapa de Recrutamento para o ano de dois mil e vinte e seis,



com nove abstenções, dos Membros a seguir mencionados: Alfredo Eduardo Argulho Alves, António Manuel Marques Santos, Maria Virgínia Lopes Preto, Bruno Filipe Lourenço Torrado, Emanuel Pinto Bernardo, Carolina Rodrigues Mesquita, Mário João Ferreira Vaz, Edite Dias Lopes, e Lísis Fernandes Gonçalves.

3.7 Proposta - Assunção de compromissos plurianuais - Orçamento para o ano 2026. Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal - Delegação na Presidente da Câmara Municipal - Assunção de compromissos plurianuais até 500.000,00 € por ano económico.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os Membros que pretendessem intervir procedessem em conformidade, tendo-se inscrito o membro António Santos. Antes de passar a palavra ao membro mencionado, passou a palavra à Presidente da Câmara Municipal para explicar de forma sucinta de que trata este assunto.

A **Presidente da Câmara Municipal** expôs que este assunto se refere à autorização concedida pela Assembleia Municipal à Presidente de Câmara para assumir despesa com compromissos plurianuais no próximo ano económico até quinhentos mil euros, caso a assembleia autorize, evitando, assim, que quando a câmara precisar fazer despesa com determinados compromissos assumidos em ano transato, não seja necessário vir à assembleia para que seja autorizado, delegando, de certa forma, essa responsabilidade na Presidente da Câmara Municipal.

O Membro **António Santos** solicitou esclarecimento a respeito da proposta apresentada, referindo que nos anos anteriores o valor autorizado neste âmbito era no valor de até noventa ou cem mil euros por ação, parecendo-lhe que a proposta agora apresentada se torna um pouco limitativa para o executivo municipal.

A **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que acaba por nunca usufruir desta autorização porque todos os compromissos assumidos são aprovados ou ratificados em reunião do órgão executivo, elucidando que se fez desta forma com o aconselhamento do Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, sendo apenas para que esteja previsto na eventualidade de surgir alguma necessidade urgente, sendo que todos os assuntos passam pelas reuniões efetuadas pela câmara municipal.

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se mais alguém pretendia intervir neste ponto, e, não se tendo manifestado nenhum dos Membros, prosseguiu para votação.



Após ter terminado o período de intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal pôs este assunto a votação, tendo sido aprovada por unanimidade, sob proposta da Câmara Municipal, a assunção de compromissos plurianuais relativos ao orçamento para o ano 2026, assim como conceder autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal, delegando na Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais até 500.000,00 € (quinhentos mil euros) por ano económico.

3.8 Designação de Fiscal Único para o mandato 2025-2029 – Resíduos do Nordeste, EIM, S.A..

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os Membros que assim considerassem se inscrevessem, e, não se verificando qualquer inscrição, passou a palavra ao executivo municipal, na pessoa do seu Vice-Presidente para esclarecer de que trata o assunto supramencionado.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** expôs que a empresa Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., é uma empresa intermunicipal, a qual carece da nomeação de um Fiscal Único. Explicou que primeiro é aprovado na assembleia da empresa, e posteriormente tem de passar por todas as assembleias municipais dos municípios sócios para votação.

Foi apresentada a esta assembleia municipal, de acordo com a deliberação do executivo camarário de 19 de dezembro de 2025, a proposta de designação de Fiscal Único da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., empresa integrada no setor empresarial local na qual o município de Miranda do Douro detém uma participação de 4,89%.

A proposta foi enviada no seguimento de deliberação, por unanimidade, de 04 de dezembro de 2025 da assembleia geral da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. sob proposta do conselho de administração, que aprovou a designação como fiscal único de “Fernando Peixinho & José Lima, S.R.O.C., Ld.ª, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 92, com domicílio profissional na Rua do Loreto, 120-sobreloja, 5300 - 189 Bragança, pessoa coletiva n.º 502 525 410, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Águeda sob o n.º 1526/19910325, com o capital social de 5.000,00 €, representada por Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues - ROC n.º 1047, atual fiscal único da empresa.

Ora, de acordo com o previsto no artigo 26.ª, n.º 3, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o Regimento Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais: “Compete ao



órgão deliberativo da entidade pública participante designar o fiscal único da empresa local, sob proposta do órgão executivo.”

Já nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 17.º dos estatutos da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. “A fiscalização da empresa é exercida por um revisor ou por uma sociedade de revisores oficiais de contas, designado pelos órgãos deliberativos dos municípios que a integram, diretamente ou através da associação, sob proposta do Conselho de Administração(...)”.

Pelo exposto, nos termos do disposto no artigo 26.º, n.º 3, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto; dos artigos 8.º, n.º 1, alínea n), e 17.º, n.º 1 dos Estatutos da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., e no seguimento da deliberação do executivo municipal de Miranda do Douro de 19 de dezembro de 2025, é deliberada por esta assembleia municipal a designação de “Fernando Peixinho & José Lima, S.R.O.C, Ld.ª, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 92, com domicílio profissional na Rua do Loreto, 120-sobreloja, 5300 - 189 Bragança, pessoa coletiva n.º 502 525 410, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Águeda sob o n.º 1526/19910325, com o capital social de 5.000,00 €, representada por Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues - ROC n.º 1047, atual fiscal único da empresa.

3.9 Designação de representantes da Assembleia Municipal na CIM-TTM.

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Executivo Municipal para elucidar quanto a esta matéria os Membros presentes na reunião. Após o que passou a dirigir-se aos líderes dos Grupos Municipais com assento nesta assembleia para que dessem indicação de representantes desta assembleia municipal na CIM-TTM.

Os Grupos Municipais que integram este órgão deliberativo ponderaram acerca deste assunto, tendo harmonizado que deviam ser postas a votação as propostas indicadas por cada um dos Grupos Municipais, cujas listas integrariam os Membros a seguir citados:

Pelo **Grupo Municipal do Partido Social Democrata – António Augusto de Castro Carção e Camilo Vaz das Neves**, caso ocorra algum impedimento grave ao membro nomeado.

Pelo **Grupo Municipal do Partido Socialista – António Manuel Marques Santos e Alfredo Eduardo Argulho Alves**, caso ocorra algum impedimento grave ao membro nomeado.

O Órgão Deliberativo votou favoravelmente e por unanimidade apresentar uma lista conjunta denominada lista A, da qual foi deliberado por unanimidade que representariam esta Assembleia Municipal na Assembleia da CIM-TTM o membro António Augusto de Castro Carção, indicado pelo



Partido Social Democrata, e o membro António Manuel Marques Santos, indicado pelo Partido Socialista.

Designaram-se como suplentes, caso se verifique algum impedimento que obrigue os Membros eleitos a abdicar da sua nomeação, os Membros Camilo Vaz das Neves, pelo Partido Social Democrata, e Alfredo Eduardo Argulho Alves, pelo Partido Socialista.

3.10 Designação de representantes da Assembleia Municipal no Conselho Municipal da Juventude.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os Membros que assim entendessem interviessem, e, não se tendo inscrito nenhum dos Membros presentes, solicitou que fossem indicados pelos líderes dos Grupos Municipais os Membros que pretendiam indicar para representarem esta Assembleia Municipal no Conselho Municipal da Juventude.

Foi apresentada uma lista conjunta, designada lista A, tendo sido nomeados para o efeito acima mencionado os Membros que passam a ser indicados: **Pedro Velho Ferreira, pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata, e Carolina Rodrigues Mesquita, pelo Grupo Municipal do Partido Socialista**, com vinte e seis votos a favor.

O Membro **Mário Vaz** solicitou o uso da palavra para alertar quanto à forma como se procede nestes casos, tendo em conta a necessidade de preparação com mais algum cuidado, sendo que foram introduzidos estes pontos no próprio dia e tendo surgido algumas dúvidas quanto à forma como se procede. Mencionou que no Conselho Municipal da Juventude existe um regimento onde é explicado como é que as pessoas são eleitas, tendo estado ele também envolvido na criação deste organismo, e que funcionava da seguinte forma: um representante de cada bancada, um representante de cada juventude partidária e um representante de cada associação juvenil ou equiparada. E, existindo mais grupos municipais, ainda que compostos apenas por um membro, também têm direito a estar lá representados. Alertou mais uma vez que isto deve ter preparação com antecedência, e quando os assuntos são agendados na própria reunião os Membros que integram esta assembleia não têm hipótese de se preparar quanto aos assuntos que vão ser acrescentados à ordem de trabalhos, acabando, também, por resultar em reuniões mais longas. Para finalizar, disse que esta chamada de atenção é apenas uma crítica construtiva.

O **Presidente da Assembleia Municipal** explicou que o regimento do Conselho Municipal da Juventude (CMJ) diz que deve ser efetuada nomeação, mas que o documento ainda está demasiado assente no bipartidarismo. Concordou com a importância da preparação atempada dos



Membros e reiterou a urgência desta nomeação para o CMJ, lembrando que este ponto tinha sido inserido na ordem de trabalhos por sugestão do Grupo Municipal do PS.

Referiu, também, que a reunião se estendeu para a parte da tarde porque foi dada liberdade para os Membros intervirem sempre que assim entenderam, sendo que o previsto no regimento da assembleia é que se inscrevem os Membros e passam à segunda volta apenas os que se inscreveram na primeira, a não ser que seja para defesa da honra. Continuou dizendo que tal foi feito para possibilitar uma discussão profícua de todos os assuntos e por se tratar da primeira sessão ordinária de alguns Membros.

3.11 Informação a prestar pela Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal – Apreciação.

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra à Presidente da Câmara Municipal para esclarecer os presentes acerca dos assuntos vertidos na informação por ela apresentada.

A **Presidente da Câmara Municipal** elucidou que esta informação é sumária quanto ao seu conteúdo a respeito das atividades desenvolvidas pelos serviços da câmara municipal no período entre a última reunião da assembleia até à data atual, dissertando acerca dos temas que constam na informação acima mencionada, manifestando-se recetiva para responder às eventuais questões que considerassem pertinente colocar-lhe, mostrando-se totalmente disponível para esclarecer ou conversar acerca de algum assunto.

Concluído o debate deste assunto, os Membros que integram este órgão deliberativo e que participaram nesta reunião deram-se por informados e esclarecidos quanto ao conteúdo da informação prestada pela Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal.

Não se verificando por parte de nenhum dos Membros nenhuma questão, o Presidente da Assembleia Municipal passou a abordar o ponto subsequente.

3.12 Outros assuntos.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, dirigindo a palavra aos Membros deste órgão deliberativo presentes nesta reunião, interpelou-os sobre se pretendiam tratar de mais algum assunto para além dos previstos na ordem do dia, e, não se tendo pronunciado nenhum dos Membros, prosseguiu com os trabalhos, passando ao ponto seguinte.

4. Período de intervenção do Público.

O **Presidente da Assembleia Municipal** demandou se alguém de entre os presentes no Público teria a intenção de intervir, ao que respondeu afirmativamente António Alberto Capela Fidalgo.



O cidadão **António Alberto Capela Fidalgo**, por sua vez, apresentou os seus cumprimentos a todos os Membros em geral, comentando que se apercebeu que, apesar das diferenças ideológicas entre os grupos municipais, sempre tentaram chegar a um consenso para, dessa forma, melhorar a vida dos mirandeses, manifestando por isso o seu agradecimento.

Mencionou que, de todas as dúvidas que tinha, muitas delas foram esclarecidas, as quais tinham origem na desinformação que corre nas ruas. Referiu que tem um estabelecimento comercial aberto e que lida com muitas pessoas diariamente, mas que hoje foram tocados todos os pontos, agradecendo também por isso, afirmando que iria desmistificar um bocadinho as conversas de café.

Disse que, na qualidade de cidadão, veio aqui para dar conhecimento de outra questão que é uma preocupação, mas também um desejo que é partilhado por pais e encarregados de educação, pela comunidade escolar, e também pela comunidade civil. Tratava-se da inexistência de um parque infantil bem equipado dentro do recinto da Escola Básica de Miranda do Douro, que antigamente era o antigo Ciclo.

Referiu que antigamente se frequentava aquela escola a partir dos dez anos de idade, sendo que atualmente é frequentada por alunos a partir dos seis anos. Mencionou que as opções continuam a ser as mesmas de há trinta anos quando ele a frequentou. E, neste âmbito, entregou hoje, respeitosamente, à câmara municipal uma petição, da qual também é subscritor, e que traz ao conhecimento desta assembleia municipal, e que resulta de um processo cívico simples transparente e participativo. Não nascendo de uma lógica de confronto, mas da identificação de uma necessidade concreta que afeta diretamente o bem-estar e o desenvolvimento das crianças que frequentam a Escola Primária. Entendem que o espaço escolar não se limita à sala de aulas, o recreio é parte integrante do processo educativo, com impacto direto no desenvolvimento físico, social, cognitivo e emocional das crianças, e a inexistência de um parque infantil adequado e seguro constitui, por isso, uma lacuna objetiva numa escola onde as crianças passam a esmagadora parte do seu dia. Importa também deixar claro que esta intervenção não parte do pressuposto de que o atual executivo municipal esteja alheado desta realidade, aliás, caso esta matéria já esteja a ser pensada, analisada ou estudada, os subscritores desta petição gostariam, de ser desde já, integrados nestas decisões, estando completamente disponíveis para acompanhar este processo e as decisões que venham a ser consideradas. Referiu que o que se pretende é a participação informada, construtiva, baseada no conhecimento do terreno, e na



experiência quotidiana da comunidade escolar, contribuindo para soluções adequadas e equilibradas e tecnicamente sustentadas. A petição solicita de forma objetiva que seja ponderada a inclusão no planeamento e orçamento municipal, naturalmente, com as normas de segurança e com os enquadramentos técnicos e financeiros aplicáveis. Estão conscientes, no entanto, da responsabilidade de gestão e da definição de prioridades que caem sobre os órgãos autárquicos, mas entendemos que investir nas condições da escola é investir diretamente no futuro do nosso concelho. As assinaturas recolhidas demonstram que esta preocupação é partilhada por um número significativo de cidadãos, expressando uma vontade coletiva que merece ser considerada com atenção e seriedade. Por fim, solicitamos respeitosamente que os teores desta intervenção, bem como da petição, sejam apensos à ata da presente sessão da assembleia municipal para efeitos de registo formal e memória institucional. Agradecemos a atenção dispensada, e aguardamos que este contributo cívico possa dar origem a um diálogo construtivo e a respostas concretas. Muito obrigado.

Trouxe uma intervenção escrita, procedendo à leitura do seu teor, a qual, para constar na presente ata, passa a ser integralmente transcrita:

“Venho por este meio, na qualidade de cidadão e encarregado de educação da escola básica de Miranda do Douro, apresentar a Vossa Excelência e a este Executivo a petição pública anexa.

A petição, foi subscrita por 140 cidadãos, tem como objetivo fundamental solicitar que seja promovida a construção de um parque infantil, devidamente equipado e em conformidade com as normas de segurança vigentes, no recinto da Escola Básica de Miranda do Douro.

É nosso entendimento que um espaço de recreio adequado e seguro é crucial para o pleno desenvolvimento físico, social, cognitivo e sensorial das nossas crianças.

A carência desta infraestrutura constitui uma lacuna que urge colmatar para garantir a qualidade na nossa escola primária, sendo este o lugar onde as nossas crianças mais tempo passam.

Com base no forte apoio da comunidade demonstrado pelas assinaturas recolhidas, manifestamos a nossa firme esperança e confiança na sensibilidade deste executivo da Câmara Municipal para acolher e dar seguimento a esta justa petição.

Com a mais elevada consideração e na expectativa de uma resposta favorável.”

O **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu ao Cidadão a sua intervenção, afirmando que resume muito bem qual é o papel de uma Assembleia Municipal, que é um espaço onde os



municípios devem vir pedir esclarecimentos e dar sugestões. Acrescentou que o poder local e a possibilidade da participação do Público são das coisas mais bonitas que temos em Democracia. Depois, passou a palavra ao Executivo Municipal.

A **Presidente da Câmara Municipal** agradeceu ao interveniente António Fidalgo pela intervenção, manifestando-se sensibilizada com a persistência de se ter mantido na assembleia ao longo do dia, e ficou muito maravilhada com o carácter da intervenção. Referiu que é um assunto a respeito do qual o Executivo Municipal nunca tinha pensado, pelo facto da proximidade com o parque infantil da pré-escola municipal. Não obstante ser apenas atravessar a estrada, terem de ser acompanhados por adultos causa transtorno, pelo que é algo que pode ser considerado num futuro próximo. Agradeceu, mais uma vez, pelo carácter da intervenção e pela forma resiliente com que escutou toda a reunião.

Entretanto, foi facultada a palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal, responsável pelo pelouro da educação, para se pronunciar a respeito desta petição.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** agradeceu a intervenção do munícipe em representação dos demais subscritores por alertar relativamente a uma questão que nunca tinha ocorrido ao executivo municipal. Transmitiu que tinham pensado em diversas obras para aquele recinto, mas que, efetivamente, nunca tinha sido pensado construir naquele espaço um parque infantil. Comentou que a escola em questão foi recentemente alvo de obras e que serão efetuadas obras também no pavilhão, e que o executivo já tinha pensado em arranjar o espaço onde as crianças brincam, mas não pensaram em colocar lá um parque infantil, até porque nunca nenhum encarregado de educação fez chegar essa pretensão, mas que irá tomar boa nota, para que as crianças tenham o parque infantil que tanto almejam.

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Membro António Santos, tal como solicitado.

O Membro **António Santos** agradeceu ao interveniente pela apresentação feita e por ter transmitido essa ideia de melhoria dos arranjos exteriores. Lamentou que os projetos apresentados pelo Ministério da Educação se esgotavam na recuperação dos edifícios, nunca englobando os arranjos do exterior, fosse da EB1, fosse doutra escola qualquer, pelo que nunca foram tratados os exteriores das escolas, nem sequer da jardinagem. Referiu que o Ministro da Educação veio dizer que ia brevemente abrir um vasto programa para o arranjo dos espaços exteriores das escolas, o que lhe faz todo o sentido, já que as crianças passam lá muito tempo, e



convém haver algo que os ocupe, seja um parque infantil, ou qualquer outra coisa que seja atrativo para as crianças, e que lhes permita passar o tempo de lazer com alguma qualidade e segurança. Apesar do Ministério da Educação eventualmente vir a lançar um programa direcionado nesse sentido, não se deve ficar à espera do que o ministério pensa fazer, porque até que chegue a Miranda do Douro vai de certeza demorar muito tempo. Portanto, tudo o que se poder fazer no sentido de melhorar o espaço escolar, quer na EB1, quer nas outras escolas deste concelho, é de louvar e de incentivar, dizendo que da parte do Agrupamento de Escolas o que puderem fazer de certeza será feito.

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se mais algum dos presentes pretendia intervir, tendo-se manifestado o Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, Lísis Gonçalves.

O **Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho**, Lísis Gonçalves, deixou o repto de que quando se pensar na estrutura que está a ser solicitada, que não se faça mais do mesmo, que se olhe para a novas formas de entreter e ensinar de forma lúdica as crianças, que se pense não que aqui todas as crianças têm acesso à terra, que podem aprender e brincar com a terra, não só a desenterrar as raízes das árvores, porque há outras formas, deixando o desafio o parque escolar, e ao Vice-Presidente da Câmara Municipal, que encontrem soluções que sejam de futuro, que se pense e se olhe para outras escolas de outros países, e outros métodos de ensino e usá-los e transportá-los para esse parque, dando início a uma mudança do parque escolar, cinquenta anos de ensino com as mesmas cadeiras, com os mesmos quadros, agora mudam para digitais, mas considera que é mais do mesmo, afirmando que há outras formas de ensinar.

O Membro **António Santos** disse que hoje não está nesta Assembleia na qualidade de diretor da escola, mas que quem viu a escola há cinquenta anos e quem a vê hoje de certeza que não vê a mesma escola. Afirmou que hoje as coisas são completamente diferentes, basta ver a nível de salas, de equipamentos informáticos, laboratórios todos equipados, inclusivamente nas EB1, não têm nada a ver com as escolas iniciais. Certo de que há pessoas que são capazes de mais facilmente utilizar as novas tecnologias, e outras que têm mais dificuldade, isso é natural, e acontece em todas as organizações, mas não se compara o que temos hoje nas escolas com o que tínhamos há cinquenta anos, nem sequer há vinte anos.

O Membro **António Carção** disse que corrobora em pleno com todos, sendo que a educação abre horizontes onde quisermos, e concorda com o Membro António Santos. Não gostou da intervenção



feita pelo Presidente de Junta de Freguesia de São Martinho, porque lhe parece que se está a preparar para dizer que o que foi feito, foi mal feito. Acredita que tenha preocupações educacionais e quanto à adoção de novas formas de aprendizagem, mas, da forma que conhece as pessoas, e politicamente ainda melhor, disse que é uma pessoa que está ali para dizer que o que for feito na escola não foi bem feito e que é para melhorar. Acrescentou que é fácil ter essa postura de crítica. O **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, dirigindo a palavra ao Membro António Santos, agradeceu a sua intervenção quanto ao assunto do ensino, e assumiu que efetivamente a zona envolvente da EB1 carece de diversos arranjos, e que o executivo já tinha pensado nisso, no entanto, referiu que tem mais urgência efetuar as obras no pavilhão da escola, e quando se fazem obras sempre acaba por se estragar o que já está feito, e é por esse motivo que ainda não foram feitos esses arranjos urbanísticos. Quanto ao parque infantil, disse que não foi ideia do executivo, e que se for legal certamente que será executado, ainda que tenha de ser a câmara a suportar a despesa. Acrescentou que a EB1 já tinha um projeto aprovado quando ainda estava na câmara o anterior executivo, no valor de trezentos mil euros. Entretanto foi mudada toda a caixilharia, e foram pintadas algumas salas, foram gastos nessa obra oitocentos mil euros, financiados em oitenta e cinco por cento, através de uma candidatura, tendo deixado condições dignas às crianças que frequentam aquela escola. Referiu que também vai ser mudado o piso do polivalente, o qual que já tinha sido mudado pelo anterior executivo, mas que já se encontra em mau estado e será executado ou nas férias da Páscoa, ou nas férias de verão.

Terminadas as intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** pediu que fosse dado um voto de confiança à Mesa da Assembleia Municipal para a realização duma ata em minuta, na qual constaria um resumo acerca de todos os assuntos debatidos, com o objetivo de dar seguimento aos mesmos, nos respetivos serviços, de forma mais célere. Caso contrário, estes assuntos e respetivas deliberações apenas teriam seguimento após a aprovação da ata na reunião seguinte. Auscultados os Membros da Assembleia e colocado o pedido a votação, foi aprovada por unanimidade dos Membros presentes o voto de confiança para a realização duma ata em minuta.

Nada mais havendo a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por concluída a reunião eram dezasseis horas e vinte e quatro minutos.



O Presidente da Assembleia Municipal:

Os Secretários da Mesa da Assembleia Municipal:

A Secretária da Sessão:
